



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零—二零一一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-32 期
I Série N.º IV-32

Data: 22 de Novembro de 2010

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 16 horas e 03 minutos

Local: Sala do Plenário do edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Convidados:

Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vitória Alice Maria da Conceição, Directora da Direcção dos Serviços de Finanças;
Daisy Ho In Mui, Chefe do Departamento de Contabilidade Pública da DSF;
Steven Tang Sai Kit, Chefe da Divisão de Orçamento e Contas Públicas da DSF.

Ordem do Dia:

- 1) Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2011”;
- 2) Apreciação do Parecer da 2.ª Comissão Permanente relativo ao Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2009 e votação do

projecto de Resolução para os efeitos do artigo 154.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Sumário: Intervenções no período de antes da ordem do dia dos Srs. Deputados Sio Chi Wai, Chan Meng Kam, Kwan Tsui Hang, Lam Heong Sang, Leong On Kei, Ung Choi Kun, Lee Chong Cheng, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Ng Kuok Cheong, Au Kam San, Chan Wai Chi, Chan Mei Yi, Ho Ion Sang e Chui Sai Peng; Apresentação, discussão, votação e aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2011”; Apreciação do Parecer da 2.ª Comissão Permanente relativo ao Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2009; Votação e aprovação na generalidade e na especialidade do projecto de Resolução para os efeitos do artigo 154.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados.

Vamos começar a reunião. Inscreveram-se quinze Deputados para usar da palavra no período de Antes da Ordem do Dia. De acordo com a ordem de inscrição, vou dar a palavra, em primerio lugar, ao Deputado Sio Chi Wai. Faça favor.

Sio Chi Wai: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas.

O tema da minha intervenção é “A importância dos resultados para um Governo servidor da população”.

Com o rápido crescimento económico e social, a população está mais consciente dos seus próprios direitos. Em consequência disso, o nível de exigência e as expectativas da população também têm aumentado no que respeita à capacidade de governação e ao serviço prestado pela equipa de funcionários públicos. Temos de reconhecer que o serviço prestado pelos funcionários públicos e a sua atitude melhoraram substancialmente desde a transferência de soberania, tendo-se registado um aperfeiçoamento constante durante todo esse período. No entanto, apesar dos esforços envidados nesse sentido, parece que ainda não se conseguiram satisfazer as expectativas da sociedade.

Se formos saber a razão para essa insatisfação verificamos que, apesar dos progressos substanciais conseguidos pelo Executivo da RAEM, as reivindicações da população diversificaram-se também, de forma constante, com o desenvolvimento descomedido que Macau atravessou nestes últimos onze anos. Assim sendo, a sociedade de hoje em dia já não pode ser vista com os mesmos critérios de antes da transferência de soberania. A população de Macau, que hoje vive numa sociedade amadurecida em termos de modernidade e diversidade, está obviamente em condições de elevar o seu nível de exigência perante o Executivo da RAEM, o que explica ter-se já tornado dever indeclinável das autoridades a elevação da sua capacidade governativa, através duma postura de maior credibilidade.

É com satisfação que registamos, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para 2011, o anúncio do Chefe do Executivo de um conjunto de medidas de reforma administrativa, do qual se salientam o Estatuto dos Titulares dos Cargos Principais e respectivas normas de conduta, assim como o sistema de responsabilização dos dirigentes de nível elevado, com vista a promover um maior progresso da eficiência na Administração Pública. Ao exigir que os dirigentes assumam as respectivas responsabilidades, o sistema de incentivo aos funcionários vai ser também aperfeiçoado com a revisão do Regime do Prémio de Antiguidade e dos Subsídios de Residência e de Família, bem como através da actualização salarial. O Chefe do Executivo salientou ainda no seu discurso que os trabalhadores da Função Pública são considerados pelo Governo como “bens valiosos, pois têm contribuído com a sua dedicação e sabedoria para o desenvolvimento de Macau”, afirmação que representa um reconhecimento ao contributo que tem vindo a ser dado por toda a equipa de funcionários públicos ao longo dos tempos. Tudo isso demonstra a enorme importância que é atribuída pelo actual Executivo à reforma da Administração Pública, e a sua determinação numa “governança científica e transparente.”.

Com vista a melhor responder às aspirações da população e para que se possam concretizar efectivamente as ideias preconizadas nas LAG, aquando da elaboração das políticas e na sua execução, sugiro o seguinte:

1) Aquando da elaboração das políticas, há que reforçar a comunicação com os trabalhadores da Função Pública da camada de base.

Para que se consigam satisfazer melhor as expectativas dos residentes, o Governo da RAEM tem de, no processo de tomada de decisões, auscultar as opiniões dos residentes, nomeadamente as das camadas de base. Quanto à definição das políticas públicas e das propostas de lei, verifica-se que existe ainda grande espaço para melhorias ao nível da comunicação entre a camada de direcção responsável pela tomada de decisões e os executores das políticas na linha da frente. Para que se concretize a ideia de que o público em geral pode participar na elaboração das políticas públicas, o Governo alarga o âmbito da auscultação pública, para uma melhor recolha das opiniões. Contudo, o melhor é introduzir mecanismos de comunicação e de recolha de opiniões dos trabalhadores da Função Pública das camadas de base, uma vez que são eles os executores das políticas e os que conhecem, em primeira mão, as situações reais durante a aplicação prática das referidas políticas, o que de facto pode contribuir para elevar a eficiência da respectiva execução, bem como para atingir os objectivos definidos.

2) Há que dar importância à eficiência da definição das políticas, no sentido de responder o mais cedo possível às aspirações dos cidadãos.

O ajustar de forma passiva das políticas desactualizadas dificulta o acompanhar do passo das alterações sociais. Antigamente, quando se ajustavam políticas o Governo da RAEM tinha de proceder a um estudo profundo das leis ou diplomas com elas relacionados, o que não só representava gastar muito tempo como levou mesmo à perda de boas oportunidades para a implementação das respectivas políticas, nomeadamente as que têm ligação aos diversos sectores, cujas opiniões divergentes também contribuem para o adiamento da implementação das referidas políticas. Segundo nos diz a experiência, pode até tratar-se de uma política, mas basta que não seja lançada no tempo oportuno para nunca merecer a satisfação da população. Neste sentido, desejo que aquando do estudo e elaboração das políticas, o Governo da RAEM considere todos os aspectos, adopte medidas mais flexíveis, e defina políticas que permitam chegar facilmente ao consenso social, no sentido de evitar perdas de tempo e de se poder aumentar a eficiência da concretização das acções governativas.

3) Promover a participação dos técnicos da camada de base nos trabalhos de auscultação, por forma a conhecer as aspirações da população.

O diálogo é um processo bilateral. Ao participarem nas diversas auscultações, os técnicos da camada de base não só podem ficar a conhecer a opinião pública, como podem ainda deixar que a população fique a conhecer as suas posições e dificuldades, criando-se assim um interacção positiva. Assim, será ainda possível formar uma equipa de funcionários habilitada para auscultar opiniões e divulgar as políticas públicas, com vista a reforçar o diálogo entre o público e o Governo.

Para finalizar, o que vale é a atitude, ou seja, um bom Governo não é determinado pela sua dimensão mas sim pelo seu mérito. Se os funcionários públicos puderem abandonar a atitude burocrata, ter sempre em conta os interesses da população e o espírito de bem a servir, creio que será possível criar um Governo eficiente para servir o público, atingindo-se assim as metas da “edificação de um governo transparente e a implementação da tomada de decisão baseada em critérios científicos”.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado.

No intuito de controlar os preços das habitações e reduzir a especulação, orientando o mercado rumo ao seu contínuo e saudável desenvolvimento, o Governo divulgou, no passado dia 28 de Setembro, dez medidas - as “dez medidas do Secretário Lau” - que neste momento são muito discutidas na sociedade. Nestes últimos dois meses, muitos residentes afirmaram que depois de divulgadas estas dez medidas, os preços das habitações aumentaram, em vez de reduzirem. E, até ao momento, ainda nada se viu sobre a regulação das actividades de mediação imobiliária, o prazo de compra e venda de fracções ainda em construção, o registo, o conteúdo do contrato de compra e venda, o aperfeiçoamento das orientações para o sector imobiliário, a publicação mensal dos dados sobre a quantidade de fracções transferidas no mês anterior, dados sobre o preço médio por

metro quadrado da área de utilização, e ainda sobre as respectivas áreas de utilização médias. Será que dez anos depois tudo se mantém na mesma?

A sociedade critica estas dez medidas, que na sua opinião só afectam ainda mais o mercado. Trata-se de medidas importantes que estão estreitamente relacionadas com a vida da população, mas cujos resultados são negativos. Quem decidiu avançar com estas medidas vai reflectir sobre isso?

Em Macau a economia é livre, e o seu mercado imobiliário divide-se em público e privado. As habitações públicas são apenas uma das medidas de apoio, pois o Governo deve controlar os preços do mercado atempadamente, o que é bastante importante para o seu desenvolvimento saudável. E se esse controlo é eficaz ou não, depende em muito das decisões científicas e duma legislação aperfeiçoada.

Porque é que se fixou o limite para a contracção da hipoteca de edifícios em 3,3 milhões? Com vista a ajudar mais residentes a conseguirem uma casa, o Governo definiu que, para imóveis de preço inferior a 3,3 milhões de patacas, o empréstimo máximo seria de 90%, só que isto deu azo a dois problemas. Primeiro, as habitações de preço médio e baixo aumentaram, e como já ultrapassam o limite de 3,3 milhões, não se aceita o empréstimo de 90%; segundo, os preços das habitações aumentaram de tal forma que os residentes não lhes conseguem chegar. Como é que o Governo vai avaliar cientificamente a situação?

Alguns residentes entendem que a legislação e regulamentação respeitantes aos ajustamentos, fiscalização e controlo implementados no mercado imobiliário são “vazios e confusos”. Provavelmente, há quem entenda que esta crítica é demasiado severa, só que a desactualização dessas leis e regulamentos não deixa de ser pura verdade, pois não há nada que regule a venda de “apartamentos em projecto ou em construção”, o regime de registo é deficiente, os contratos de compra e venda são multifários, as directrizes para os operadores do sector são implícitas, os preços dos apartamentos são como os preços do marisco, a área útil dos apartamentos é publicitada à toa, etc.. Enfim, uma série de situações desordenadas, pelo que não me parece ser em nada exagerado utilizar o termo “caos”, para descrever a situação.

Em Macau, os vendedores de “apartamentos em projecto ou em construção” podem fazer o que querem. Basta um contrato de “suserano” para vender esse tipo de fracções, não sendo necessário, portanto, qualquer planta de construção, descrição quanto à área dos apartamentos nem à venda, desde que haja um terreno desocupado. Recentemente, recebemos um pedido de apoio acerca da compra e venda dum apartamento desses. Em Abril do corrente ano, um grande promotor do sector imobiliário vendeu a um residente de Macau, por valor superior a 70 milhões, 16 “apartamentos” dum edifício “a construir” na Av. Nordeste da Areia Preta. Para além dum terreno baldio, no documento substancial da compra e venda em causa só se faz referência a 16 apartamentos localizados em dois pisos, sem qualquer menção sobre o nome do edifício, nem sobre as áreas e os preços dos apartamentos, nem sequer sobre o prazo de construção. O comprador, depois de pagar 6 milhões e quatrocentas mil patacas a título de depósito, e de confrontado com um papel em branco e sob o alerta dum amigo, deslocou-se à Direcção de Solos Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) para pedir informações. Afinal, nem a planta estava ainda aprovada. Por medo de ser enganado, recorreu ao nosso apoio. Após averiguações, descobrimos

que o promotor tinha a venda dos “apartamentos projectados” entregue a uma agência corretora. Depois de uma longa negociação com o promotor e a corretora, o depósito pago foi finalmente devolvido ao comprador. Os apartamentos daquele edifício de luxo em projecto, localizado naquele terreno baldio, encontram-se à venda há já meio ano, e sei lá já quantos residentes pagaram depósitos. Seja como for, uma coisa é certa, a venda desse tipo de apartamentos não é regulada, basta um “acordo suserano” para cobrar “depósitos avultados”, enquanto os residentes ou os investidores não residentes só podem pedir a Deus que os proteja. No actual bom ambiente que se vive, os promotores conseguem fazer muito dinheiro, não precisam, portanto, de se retirar em debandada, mas se reaparecerem situações semelhantes ao caso do edifício “Tesouro” ou do edifício “Sun Seng”, em que os promotores fugiram, vai ser inevitável para o Governo da RAEM resolver esses problemas.

A inexistência de fiscalização sobre a venda de fracções autónomas não construídas, por promotores e mediadores de imóveis, está na origem de inúmeros problemas. Por exemplo, quando os verdadeiros utentes adquirem a sua “casa”, a fracção autónoma já passou por pelo menos três ou quatro mãos; a dimensão das fracções “entregues” aos compradores é sempre menor do que a referida nas promoções; os vendedores “gostam” sempre de alegar que “o mercado é livre” e “ninguém é obrigado a comprar” para aumentarem os preços dos imóveis a qualquer momento e como bem entendem.

Garantir os poderes de controlo, regulamentação e fiscalização sobre o mercado imobiliário privado é uma tarefa importantíssima para os governos responsáveis de muitos países e regiões. Por exemplo, em Hong Kong foi recentemente promulgado que, quem vender uma fracção autónoma adquirida há menos de dois anos tem de pagar o respectivo imposto de selo, que aumentou de 5% para 15%, a fim de reprimir as actividades especulativas e de impedir o crescimento duma “bolha” imobiliária. Por outro lado, foram ainda avançadas medidas sobre a venda de fracções não construídas, regime de registo, contratos de compra e venda, orientações sobre a conduta sectorial, área utilizável e preços das fracções, etc.. Na China Continental também existem normas que regulamentam a venda prévia de fracções autónomas. Todas essas medidas merecem ser alvo de consulta por parte do nosso Governo.

No relatório das respectivas LAG, o Chefe do Executivo da RAE de HKG assim como o da RAEM sublinham a importância do controlo do mercado imobiliário privado, incluindo a necessidade de resolver o problema da publicitação de falsas áreas das fracções autónomas durante a promoção da sua venda. Em Hong Kong, mesmo depois de se terem implementado tantas medidas, vão ainda ser implementadas, no espaço de um ano, mais medidas para regulamentar o dito problema das falsas áreas. Em Macau, como as dez medidas do Secretário Lau são concretizadas em diferentes fases, os efeitos previstos podem ser afectados. Para além do ajustamento, no que diz respeito às amortizações e ao imposto, cinco das medidas têm a ver com os promotores, mediadores de imóveis, e com os próprios prédios, como por exemplo, a divulgação obrigatória da área útil dos prédios a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. Mas essas matérias não são assim tão simples. Portanto, se o Governo não actuar de acordo com o que diz, ficará cada vez mais longe daquilo que a população de facto necessita! Muito obrigado.

Presidente: Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada Sr. Presidente.

Caros colegas.

A Central de Incineração é a instalação responsável pelo tratamento dos resíduos sólidos de Macau, e queima diariamente mais de 800 toneladas de resíduos urbanos. Portanto, o funcionamento sem sobressaltos e a fiscalização eficaz dessa Central são importantíssimos para o estado do ambiente em Macau. Segundo a comunicação social, têm surgido inúmeros problemas na Central de Incineração devido à falta de fiscalização, e para além do frequente lançamento de gases poluentes gravemente fora dos limites, ameaçando o ambiente de Macau, não se têm cumprido as regras de operação, nem as regras para a queima de resíduos industriais, hospitalares e químicos, que são considerados resíduos perigosos. Mais ainda, o grave envelhecimento de grande parte das instalações torna urgente a sua substituição ou reparação, para não se ameaçar a saúde dos trabalhadores nem a segurança no trabalho.

Independentemente da veracidade de tais acusações, os serviços responsáveis pela fiscalização têm que proceder à avaliação do sistema de fiscalização do funcionamento da Central de Incineração, bem como das instalações ligadas à protecção ambiental, para aferirem se o actual sistema consegue assegurar que a gestão e funcionamento das referidas instalações, a poluição resultante das emissões, a segurança no trabalho e o ambiente sanitário estão em conformidade com os requisitos dos contratos. Para além disso, é necessário tornar público os resultados detalhados dessa avaliação e acompanhamento.

Nestes últimos anos, com vista a assegurar a eficiência da utilização do erário público, vários concursos públicos para adjudicação de serviços de administração de infra-estruturas importantes foram abertos a entidades do exterior, o que é de enaltecer. É inevitável que os preços propostos possam constituir um factor importante para a avaliação das propostas, no entanto, salvaguardar a segurança das infra-estruturas e assegurar um funcionamento eficaz devem constituir critérios ainda mais relevantes aquando da avaliação das mesmas. Se os serviços competentes não conseguirem, através das respectivas cláusulas contratuais, estipular critérios para assegurar o funcionamento rigoroso e aperfeiçoado das infra-estruturas, nem definir mecanismos eficazes de fiscalização, é provável que o proponente “forneça serviços de acordo com o valor proposto”, isto é, apresente preços baixos para vencer o concurso e, posteriormente, recorra aos mais diversos métodos para reduzir os custos, afectando assim a qualidade da gestão, a longevidade das infra-estruturas, e provocando até grave poluição nas zonas periféricas, afectando a saúde dos residentes.

Aquando da fase de apreciação, deve ter-se em conta se o preço apresentado pelo concorrente na proposta é suficiente para manter o nível do serviço prestado e, por outro lado, assegurar que, após a adjudicação do contrato, o adjudicatário seja objecto de fiscalização rigorosa e eficaz, assumindo aqui a entidade fiscalizadora uma responsabilidade indeclinável.

A fiscalização por parte do público, visando uma maior transparência das operações, representa uma forma importante de supervisão para o aperfeiçoamento das diferentes infra-estruturas de protecção ambiental. Em diversas regiões já se divulgam, seja no exterior das instalações seja através da internet, dados sobre as operações em curso e as emissões de poluentes, à semelhança da publicação diária dos índices de qualidade da água, que tem vindo a

ser realizada pela *Macau Water*. Segundo a apresentação das autoridades, as instalações das infra-estruturas de protecção ambiental dispõem neste momento de sistemas de tele-monitorização que permitem o acompanhamento imediato de situações anormais pelos serviços responsáveis. Por isso, as autoridades têm todas as condições para a publicação dos dados em tempo real, para que o público possa ter conhecimento das operações de determinada infra-estrutura, exercendo-se assim uma fiscalização conjunta às suas operações e qualidade de gestão. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Caros colegas.

Os impactos negativos provocados pelas insuficiências na tramitação e na normalização, bem como a falta de rigor na fiscalização sobre a importação de mão de obra, estão a prejudicar as oportunidades de trabalho dos residentes e o funcionamento das empresas, assim como a provocar outros problemas sociais.

Segundo a lei chinesa vigente, os cidadãos chineses que quiserem trabalhar em Macau têm de obter a respectiva autorização da entidade competente da China Continental, têm que ter contrato de trabalho celebrado, apresentar um certificado de aptidão física, pagar as devidas despesas de serviço e adquirir um seguro. Pode dizer-se que tudo está normalizado. Mas no caso de pessoas de outros países ou regiões, é vulgar virem até Macau, propositadamente como turistas, para entretanto procurarem trabalho ou até já mesmo para irem a entrevistas. Se forem contratadas podem requerer junto da entidade competente autorização de permanência de curto prazo para efeitos de trabalho, e a partir daí é que a sua qualidade muda de turista para trabalhador importado, sem terem de regressar à sua terra de origem durante determinado período de tempo.

Permitir aos turistas serem contratados em Macau e deixá-los requerer a permanência de curto prazo em Macau, para além de falta de rigor demonstra ainda pouco cuidado, primeiro - não existe qualquer fiscalização sobre as agências de emprego, nem existem normas que definam com clareza as responsabilidades dessas agências; segundo - torna-se impossível garantir a capacidade, qualidade, conduta pessoal e saúde do trabalhador importado; e o pior é que parece que se está a incentivar que mais turistas procurem trabalho em Macau, dando assim lugar ao surgimento de outros problemas sociais, como a permanência para além do prazo autorizado e o trabalho ilegal.

Embora a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, que entrou em vigor este ano, preveja os factores que devem considerar-se na concessão da autorização, os respectivos critérios não deixam de ser um mero enquadramento legal, sem qualquer disposição que regule a sua aplicação. Em paralelo, alguns requisitos ou documentos que deviam ser considerados como indispensáveis não se revestem de carácter imperativo, constituindo apenas, no entender das autoridades competentes, “elementos para a fundamentação de pedido”, o que dificulta o colmatar da lacuna verificada.

Para resolver a questão e regulamentar a matéria, proponho às autoridades competentes para que, com base na Lei da contratação de trabalhadores não residentes, definam os procedimentos a serem observados por esses trabalhadores, particularizem as directrizes operacionais, revejam as actuais normas sobre a emissão do título

comprovativo da autorização de permanência e clarifiquem as responsabilidades de cada uma das partes, por forma a reforçar a regulamentação e a fiscalização sobre os pedidos, procedimentos, requisitos e despedimento. Obrigado.

Presidente: Sr.^a Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigado Sr. Presidente.

Segundo as notícias de há dias, uma senhora deixou a sua filha com menos de um ano de idade sozinha em casa, sem alguém que dela cuidasse, e foi jogar no casino, caso este que demonstra claramente a tendência de aumento do número de jogadores compulsivos. Desde a liberalização do sector do jogo que a sua dimensão não tem parado de aumentar, tendo aumentado, nos anos recentes, o número de viciados e indivíduos em situações de aflição por causa do jogo. Quanto aos trabalhos de prevenção contra os problemas derivados do jogo, os serviços competentes efectuaram várias alterações em termos de modelos de apoio, destinatários, e formas de tratamento.

O jogo é um sector predominante de Macau, do qual muitos outros vão continuar a depender a curto prazo. Assim, o que fazer para reduzir, ao máximo, os prejuízos do sector do jogo, resolver os problemas e reforçar os trabalhos de apoio aos indivíduos viciados no jogo são matéria que merece a reflexão do Governo. Este deve desenvolver ainda mais, e plenamente, os trabalhos de apoio aos indivíduos viciados no jogo, e deve colaborar continuamente com as associações cívicas especializadas na matéria. Na realidade, existem em Macau muitas associações cívicas que participam activamente nos diversos trabalhos de prevenção e tratamento de jogadores compulsivos, no entanto, não têm dinheiro nem recursos humanos suficientes, o que as impede de proporcionar mais serviços. Por isso, o Governo deve reforçar a colaboração com estas associações, investindo mais recursos para que as mesmas possam desempenhar a sua verdadeira função.

Macau é mundialmente conhecida pelo jogo, com um número de visitantes que todos os anos aumenta. De entre os jogadores compulsivos, não são poucos os que vêm do exterior, como no caso que referi há pouco, da senhora que deixou o bebé sozinho em casa que é, precisamente, uma residente de Hong Kong. Isto vem demonstrar que o apoio deve ser, de facto, estendido às pessoas vindas de fora, pois numa cidade que tem como actividade dominante o sector do jogo, não se deve negar apoio aos jogadores compulsivos não residentes. O Governo pode reforçar os subsídios a conceder às instituições cívicas que prestam apoio neste âmbito, por forma a permitir-lhes prestarem serviços temporários aos jogadores compulsivos vindos do exterior, aperfeiçoando-se, deste modo e indirectamente, os serviços prestados ao exterior por parte de Macau.

O controlo eficaz do jogo compulsivo exige uma promoção incansável do conceito de jogo responsável. Neste contexto, deve o Governo reforçar a colaboração com as empresas do jogo e com as associações cívicas, reforçar ainda a educação comunitária, organizar palestras e seminários, etc., para que tanto os trabalhadores das empresas do jogo, como a restante população possam criar valores correctos e uma mente sã, reduzindo os impactos negativos provenientes do jogo, e assim se fazerem surtir efeitos preventivos no âmbito do jogo compulsivo. Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Caros colegas.

No passado dia 14, num encontro com os representantes dos diversos sectores de Macau, o Primeiro-Ministro Weng Jiabao referiu que tinha conversado com alguns jovens de Macau, e que tinha constatado que estes não conhecem bem as figuras históricas desta terra. O Primeiro-Ministro tomou então como eixo do seu discurso a evolução histórica de Macau ao longo de quatro séculos, e apresentou quatro desejos aos referidos representantes: elevar o nível de governação científica, promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, salvaguardar e melhorar o nível da população e assegurar a harmonia e a estabilidade sociais.

O último desejo, ou seja, assegurar a harmonia e a estabilidade sociais, suscitou-me algumas reflexões. É que, uma das tarefas importantes para se alcançar a harmonia e a estabilidade sociais é descobrir os valores nucleares da sociedade, através dos quatro séculos da história de Macau. Exactamente como numa família tradicional chinesa, ou inclusivamente nalgumas famílias da nossa sociedade moderna, em que os ascendentes contam a história da família aos seus descendentes, incluindo todas as angústias e alegrias, os bons e os maus momentos. O objectivo é permitir aos descendentes conhecerem as situações por que passaram as gerações antecedentes, para a partir daí retirarem os devidos ensinamentos e perceberem quais são os valores nucleares da família, com vista à harmonia e à estabilidade familiares.

O Primeiro-Ministro Wen Jiabao referiu no seu discurso que Lin Zexu não tremeu perante as forças dos vários países estrangeiros, e que se dedicou ao combate ao ópio para salvaguardar a sobrevivência da nação; que Zheng Guanying se empenhou em pensar no futuro e em apelar à atenção da população através da escrita, nomeadamente da obra de alerta social “Shengshi Weiyan”; e que Qiu Fengjia envidou todos os seus esforços para impulsionar a solidariedade, em prol da retoma da soberania de Taiwan. Quem é Qiu Fengjia? A maioria dos jovens não sabe. Eu não sou jovem mas também não tenho conheço essa história. É natural que não conheça tudo, mas é necessário procurar conhecer mais. Se a população de Macau não conhece a história da cidade onde vive, há que questionar como vai poder apresentar aos visitantes o património cultural de Macau espalhado pelas diversas zonas, e identificar os valores essenciais da sociedade, através dos conhecimentos da sua história.

Não se pode negar que, nos últimos dez anos, o Governo desenvolveu um vasto trabalho no âmbito da integração de dados históricos e culturais de Macau, da responsabilidade, principalmente, de académicos das instituições de ensino superior. Mas os resultados desse trabalho de integração não foram divulgados junto da população em geral, nem dos alunos dos ensinos primário e secundário em particular. O que nos deixa a suspirar é o facto de o Governo continuar a gritar o slogan da necessidade de se manter uma sociedade harmoniosa e estável, enquanto por outro lado negligencia a necessidade de considerar a matéria numa perspectiva histórica. O porto de Macau foi aberto há mais de quatrocentos anos, e desde logo se deu lugar ao intercâmbio entre as culturas oriental e ocidental, e a uma história de coexistência. Deve recorrer-se a essa história para reconhecer os valores essenciais da sociedade da RAEM, e proceder à sua divulgação, de modo a assegurar o consenso social e a conseguir uma verdadeira harmonia e estabilidade sociais.

Sabe-se que apenas a convergência de opiniões leva à acção conjunta. Sugiro ao Governo que implemente a educação histórica junto das novas gerações, que elabore material didáctico com base numa visão estratégica e, com vista a concretizar os desejos do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, que assegure a estabilidade e a harmonia sociais de Macau. Para além disso, deve ainda adoptar medidas viáveis para promover a educação cívica, para que os jovens tanto conheçam as figuras da História e da cultura de Macau e os valores nucleares da sociedade, como percebam a importância da salvaguarda da estabilidade e harmonia sociais.

O Governo pode mesmo aproveitar os pontos que integram a Lista do Património Mundial como meio para ensinar a História desta terra, para que os nossos jovens possam ficar a conhecer melhor as figuras da História de Macau. Só o enriquecimento dos recursos históricos e humanos de Macau, o melhor aproveitamento das vantagens de que dispõe, ao nível tanto do *software* como do *hardware*, e a junção das culturas oriental e ocidental podem consolidar o posicionamento de Macau enquanto centro de turismo e lazer a nível mundial, podendo assim dar-se corpo à afirmação do Primeiro-Ministro Wen Jiabao: Macau tem o seu singular encantamento humano natural cuja origem se encontra na sua História e no espírito e alma universalistas. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas.

A legislação de Macau está neste momento gravemente desactualizada, e a situação não tem sido acompanhada pela reforma legislativa, resultando na dificuldade de as leis e diplomas darem resposta à regulamentação das relações jurídicas e sociais de complexidade crescente. Por outro lado, é já um facto que a desactualização das leis vem levantar sérios obstáculos ao desenvolvimento de Macau. A legislação de Macau tem a sua origem no sistema jurídico português, e ao longo destes anos de desenvolvimento do ordenamento jurídico de Macau, pode afirmar-se que ficou parado o trabalho quer de investigação teórica quer de desenvolvimento da ciência jurídica local, havendo mesmo um vazio nessa matéria. De facto, a legislação de Macau não se desenvolveu em articulação com a realidade do crescimento social em Macau, nem consegue ainda transparecer as alterações de valores sociais entretanto registadas em Macau. A investigação do sistema jurídico local, com vista à promoção do desenvolvimento da ciência jurídica própria do território de Macau, constitui um trabalho árduo e prolongado. Porém, trata-se de um trabalho que é a base da reforma jurídica, e se não houver determinação e esforço para trabalharmos a partir daí, a reforma do ordenamento jurídico de Macau encontrará mais resistências, e de proporções ainda maiores, resultando na continuidade do seu estado de desactualização.

São vários os factores que conduzem a que a reforma jurídica se depare com inúmeras dificuldades que coarctam o seu avanço. Um deles é a Administração Portuguesa ter aplicado a Macau as leis portuguesas durante mais de século e meio, pois só a partir de 1976 é que Macau passou a dispor de poder legislativo para produzir e promulgar as suas próprias leis e decretos-lei, em língua portuguesa, o que obrigava os mais de 95% dos residentes a terem de recorrer, por não conhecerem essa língua, a formas extrajudiciais para dirimição dos seus conflitos. Segundo é a falta de uma sistemática recensão e inventariação das leis, deixando-se assim de saber

quantas leis portuguesas são ainda extensivamente aplicadas em Macau e quantas leis foram produzidas pela Administração Portuguesa de Macau, entre as quais quantas já foram revogadas e quantas são contraditórias entre si. Estas situações constituem dificuldades acrescidas, pela nuvem que isto envolve, tanto para os autores dos projectos, como para os legisladores e executores, sendo esta uma das razões porque é hoje publicado o Despacho do Chefe do Executivo, que procede à recensão e adaptação da legislação previamente vigente em Macau. Terceiro é a diversidade das instituições superiores pelas quais passaram os operadores e profissionais do Direito, situação esta que, devido aos valores e conceitos jurídicos que receberam na sua formação, acaba sempre por afectar a interpretação e a leitura das normas jurídicas, pois não havendo pontos de vista convergentes, são inevitáveis os conflitos, mormente entre os magistrados, porque estes podem, com o seu livre raciocínio, aplicar penas completamente diferentes para os mesmos actos, apesar de pertencerem a órgãos que funcionam independentemente, o que não só afecta a eficácia, mas também a justiça dos órgãos judiciais.

A essência da reforma jurídica depende da formação de operadores de Direito, e a sua formação depende das qualificações da equipa de formadores. Todavia, a Administração não prestou muita importância a esta matéria.

Actualmente, os operadores de Direito que são bilingues e que estão inteirados do Direito e da realidade de Macau optam, na sua maioria, por ser advogados, magistrados ou assessores jurídicos dos serviços públicos. São raros os talentos desses a ensinar Direito a tempo inteiro, e a proceder a estudos sobre o Direito de Macau. Logo, as instituições de ensino superior têm que recorrer à contratação de especialistas da China e de Portugal para virem até Macau ensinar. Se bem que esse pessoal envide muitos esforços na formação dos operadores de Direito de Macau, não se inteiram do Direito e da actualidade de Macau, logo, não pode depender-se apenas da contratação de docentes do exterior para a construção duma equipa de docentes que ensine Direito a tempo inteiro, e para a formação dos operadores de Direito de Macau.

Se se pretende acelerar a formação de peritos em Direito e promover o desenvolvimento das disciplinas do Direito, o mais importante é formar uma equipa de docentes locais a tempo inteiro. Para isso, o Governo tem que reforçar os trabalhos relativos à formação dessa equipa e de aumentar o investimento nos respectivos recursos, por forma a atrair mais peritos jurídicos que dominem as línguas chinesa e portuguesa a ingressarem nessa equipa docente, e tem ainda de acelerar a formação de peritos, com vista ao respectivo aumento da qualidade nessa área. Ao mesmo tempo, há que ponderar em conjunto os recursos jurídicos de todas as instituições de ensino superior, há que criar uma faculdade ou uma universidade de ciências políticas e de Direito, cujas línguas veiculares de ensino sejam principalmente a chinesa e a portuguesa, que vise estudar a legislação local e que goze de autonomia e de características locais típicas. Isso iria promover tanto os estudos jurídicos locais, a partir das respectivas raízes, como o desenvolvimento das disciplinas do Direito, criando assim princípios e valores jurídicos típicos e próprios de Macau, e reduzindo, por conseguinte, as divergências. Por outro lado, concretizar-se-á o princípio “um país dois sistemas” e a diversificação das vantagens, podendo assim Macau desempenhar melhor o seu papel de plataforma entre a China e a Lusofonia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas.

A dificuldade em adquirir uma casa transformou-se, após a publicitação, na terça-feira, das LAG para o ano económico de 2011, num dos temas em que mais se concentra a atenção dos residentes e dos colegas. É um facto que a actualização salarial não tem acompanhado, nestes últimos anos, o ritmo da subida dos preços dos imóveis. Para além de ser necessário, através do controlo macro-económico, instigar a um ajustamento estrutural no mercado imobiliário, esperam, tanto os residentes como os colegas, o lançamento, por parte do Governo, de medidas de apoio que beneficiem sobretudo a classe média e os jovens. Só que na sua resposta, o Chefe do Executivo afirma que o Governo vai empenhar-se na construção de 19 mil habitações públicas, no aumento do limite máximo dos rendimentos para a candidatura a habitação pública, e na definição, através de estudos, do conceito de classe média.

São vários os factores que contribuem para o surgimento dessa problemática, entendendo uns que isto tem a ver com os hábitos de consumo e com a fraca noção sobre a boa gestão financeira, enquanto outros atribuem a sua causa aos irrazoáveis preços dos imóveis, ou seja, por mais que ganhem nunca terão capacidade para os adquirir, ou então, que é reflexo da preocupação dos jovens com o seu futuro, na medida em que a necessidade de ter casa não é assim tão premente. De facto, o Governo tem a obrigação de ajudar os residentes a superarem a situação. Contudo, se avançar com medidas sem antes se inteirar das reais circunstâncias, não só tal será contraproducente como também nada adiantará para resolver o problema. Assim, para uma tomada de decisão baseada em critérios científicos, há que definir o conceito de “classe média”, continuar a acompanhar a situação do mercado imobiliário, proceder ao levantamento e a um estudo sobre as situações que levam às dificuldades em adquirir casa, e ainda quais as respectivas razões. Através da averiguação e recolha de dados é que é possível ficar a conhecer o nível dos preços dos imóveis no mercado e a situação relativa à capacidade económica, rendimentos medianos, grupos etários, despesas médias mensais, grau de instrução, profissão, etc., em que os interessados em causa se encontram. Só a partir desses dados é que será possível efectuar um diagnóstico da situação, perceber as razões e encontrar os principais factores que contribuem para o seu surgimento. E só depois disso lançar, conhecidas que sejam as vertentes em que os apoios devem ser prestados, medidas concretas e objectivas.

Existem muitas formas de resolver o problema do acesso à habitação. É fácil apresentar medidas, difícil é aplicá-las, por isso, temos de proceder a uma avaliação sobre a viabilidade, a igualdade e eventuais problemas decorrentes da adopção dessas medidas. Como já referi numa das intervenções Antes da Ordem do Dia, após obtido consenso social, deve o Governo otimizar o regime de poupança central, e ainda, no pressuposto de não afectar as garantias para os idosos, acrescentar mais requisitos para levantamento do dinheiro da respectiva conta. Por exemplo, as famílias de recém-casados podem requerer, uma vez na vida, determinada quantia daquela poupança para aquisição de habitação, medidas que podem passar a ser aplicadas continuamente e a longo prazo, no sentido de apoiar os jovens. Deve ainda o Governo, em simultâneo, rever as actuais condições para o requerimento de habitações económicas, pois neste momento os critérios limitam-se à verificação dos rendimentos e bens dos requerentes, não se dando atenção às enormes despesas de

força maior com a família, por exemplo, as receitas totais de alguns agregados familiares podem ser superiores ao limite máximo definido, suponhamos que variam entre 5 a 10%, mas um dos elementos sofre de doença crónica e necessita de gastar muito dinheiro em medicamentos. O Governo deve fixar condições específicas para os agregados familiares que querem candidatar-se a habitações públicas, podendo assim melhorar as condições de vida destas famílias pertencentes à classe média. Estas minhas opiniões são no sentido do aperfeiçoamento dos actuais regimes, tendo em conta o actual sistema. Espero sinceramente que o Governo as pondere e considere.

Nesta fase de rápido desenvolvimento económico, com a entrada de empresas de capital estrangeiro e com o constante alargamento da dimensão das empresas locais, os jovens podem recorrer à educação e aos seus próprios esforços para, no espaço de 10 anos, poderem ser promovidos para categorias mais elevadas. À medida que a economia passa duma fase de rápido desenvolvimento para uma fase de desenvolvimento estável, vão diminuir os postos de trabalho qualificados e vai aumentar a concorrência, ao que acresce o aumento dos preços dos imóveis, levando a que a classe média e alguns jovens passem a fazer parte das classes sociais mais baixas e subsidiadas. A dificuldade em adquirir casa pode ser um indício que explica a redução da mobilidade das classes sociais, e é também provável que tal situação possa ser explicada pela situação económica mundial, pelo regime social, pela duração dum ciclo de desenvolvimento económico, sendo esta última perspectiva a mais defendida por muitos académicos e colegas. Estou plenamente de acordo que o Governo deve dedicar maior atenção à referida mobilidade, e espero que os serviços competentes adoptem medidas de apoio a curto prazo, que encontrem métodos para aperfeiçoar as políticas, revejam e aumentem a eficiência dos subsídios, preenchendo assim as lacunas existentes nas políticas, e ainda que introduzam, em tempo oportuno, “políticas de incentivo”. Há que proporcionar mais apoios e oportunidades a quem tem vontade de se esforçar individualmente para atingir a promoção, nomeadamente, através do regime de promoção dos trabalhadores que se dedicam ao ensino, aos funcionários públicos, etc.. Quando estes conseguirem concretizar os seus valores e aceder a posições mais elevadas, a sua riqueza vai aumentar, o que vem resolver indirectamente os problemas de algumas pessoas, contribuindo assim para promover o desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa, e ainda para se alcançar o progresso social e económico. Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas.

Há dias, o Chefe do Executivo apresentou o relatório das LAG para 2011, que é considerado por muitos cidadãos e académicos como desenvolvido e pragmático, que consegue, dum modo geral, reflectir e responder às questões sociais. Isto veio demonstrar que a visita aos bairros comunitários para auscultar opiniões foi uma solução válida, daí que as acções das diferentes áreas se encontrem devidamente planeadas. Depois da leitura desse relatório, alguns cidadãos depositam grande confiança e esperança no Governo, porque este se mostrou seguro no planeamento dos trabalhos para as diversas áreas, daí a grande expectativa em relação a um futuro melhor para Macau.

No entanto, como todos sabem, falar é fácil, escrever também não

é muito difícil, o que já não acontece quando se fala em agir. Creio que ainda se lembram do último relatório das LAG, um documento brilhante que aludia à melhoria da vida da população, elevação do nível de qualidade dos funcionários, optimização dos serviços públicos, reformas na governação, etc., tudo em consonância com as necessidades e as aspirações da população. Todavia, estamos já quase no fim de 2010, e quantos dos trabalhos e políticas prometidos no referido relatório foram concretizados? Quantos problemas sociais foram resolvidos? Creio que os governantes estão bem cientes da resposta. Peço-lhes para perguntarem a si próprios e em consciência, sobre o porquê de tudo isto. Face ao novo relatório das LAG e sob o princípio da transparência, devem esses governantes fazer uma auto-reflexão para ponderarem seriamente sobre os interesses da população e as omissões administrativas verificadas, por forma à respectiva coadunação com as LAG proclamadas pelo Chefe do Executivo, e com vista a serem bons governantes e a zelarem, efectivamente, pelos interesses da população.

Após a apresentação do novo relatório das LAG, para além dos residentes que têm vindo a discuti-lo calorosamente, muitos peritos e académicos têm vindo a retirar conclusões e a comparar as vantagens e as desvantagens dos dois relatórios, bem como o grau de execução dos mesmos por parte dos dirigentes. Em geral, entendem que existem ainda insuficiências neste novo relatório, no entanto, apresenta muitas medidas que visam aliviar as dificuldades dos residentes, e muitos “pontos luminosos”. Mas segundo as opiniões apresentadas pelos residentes, para atingir esse objectivo são necessários os esforços e a colaboração dos dirigentes, sobretudo para resolver alguns problemas. No entanto, a questão da implementação eficaz e transparente das políticas continua por resolver, não havendo até ao momento qualquer indício para a sua resolução. Aos olhos da população, o importante é a execução. Mas a quem cabe executar as LAG? Quem terá capacidade para resolver os problemas? E quem é que mais se dedica aos interesses da população? Tanto mais que alguns problemas não podem ser resolvidos apenas por um único serviço, mas sim mediante a cooperação interdepartamental. Aliás, estes problemas não surgiram só agora, e se os deixarem perdurar, receio que a concretização das LAG venha a ser afectada. Por isso, espero que o Governo preste a maior atenção aos referidos problemas e procure resolvê-los, caso contrário, vai perder outra vez a confiança do público e acabar por ter que enfrentar novos problemas sociais. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigado Sr. Presidente.

Os Estados Unidos da América já tornaram pública a sua decisão sobre a implementação da política monetária expansionista baseada no aumento de circulação da moeda, o que vai certamente provocar um impacto económico significativo. Os residentes de Macau das classes sociais mais baixas terão que se deparar com a pressão do aumento das rendas e dos preços da habitação. Como a taxa de câmbio da Pataca está indirectamente indexada ao Dólar Americano, os residentes que auferem salários em Patacas vão ver os seus salários desvalorizados, vão ser obrigados a ter de ver passar o comboio, numa fase em que a economia está a florescer, sem dela poderem tirar proveito para melhoria da sua qualidade de vida, sofrendo antes os efeitos, cada vez mais nefastos, da inflação. As PME, cuja actividade está virada para a procura interna, por terem de receber e pagar em Patacas, também não vão conseguir partilhar dos resultados do desenvolvimento, e vão antes ficar à beira da falência. Num momento em que o poder de compra dos residentes está

ameaçado de diminuição, é inadequado o Chefe do Executivo vir agora reduzir o valor da comparticipação pecuniária e da verba a depositar nas contas individuais do Regime de Poupança Central.

Com o rápido desenvolvimento económico registado, a RAEM acumulou, nos 10 anos que se seguiram ao seu estabelecimento, um saldo excedentário relativamente significativo. Para salvaguardar os interesses gerais da RAEM, já é tempo de indexar a Pataca a uma outra moeda.

Em resposta a uma das minhas interpelações escritas, em Junho de 2008, o Governo da RAEM referiu que o ajustamento do câmbio entre a Pataca e o Dólar de Hong Kong iria acarretar influências negativas para os residentes de Macau que possuem depósitos e bens naquela moeda. Mas a indexação da Pataca a uma outra moeda não vai necessariamente levar à sua valorização, face ao Dólar de Hong Kong. O Governo da RAEM deve, na sua política monetária, manter uma estreita relação com o Governo Central e com o Governo vizinho, e só quando todas as partes estiverem preparadas é que deve proceder-se ao referido ajustamento, indexando a Pataca ao Renminbi ou a um pacote de moedas, mantendo-se o valor da Pataca no nível que detinha antes dessa indexação, evitando-se, assim, flutuações imediatas para o Dólar de Hong Kong.

Tendo em conta que ao longo dos 10 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM o Governo nunca deu importância à revisão do ajustamento do valor da Pataca, e face ao impacto mundial registado nestes últimos tempos, devido à política monetária expansionista aplicada pelos Estados Unidos da América, é por demais urgente a adopção de medidas viáveis para assegurar o quotidiano da população. Perante o referido impacto, reitero aqui que se deve, o mais cedo possível, mudar a política monetária e avançar com os trabalhos de preparação para se alterar a indexação da Pataca a uma outra moeda, pois estas medidas são preferíveis a deixar que a desvalorização da moeda diminua gravemente o poder de compra dos cidadãos, originando fenómenos como o de *working poor*, e as pequenas empresas e os residentes das classes sociais mais baixas a não conseguirem auto-sustentar-se, transformando-se assim em grupos sociais debilitados e dependentes do apoio do Governo. Este deve então prestar esclarecimentos sobre a sua política monetária, há que saber se foi criado algum mecanismo para uma melhor comunicação entre o Governo Central, o Governo de Hong Kong e o de Macau. E caso não tenha sido, deve então o Chefe do Executivo empenhar-se nessa criação. Muito obrigado.

Presidente: Esgotou-se o tempo para o período de Antes da Ordem do Dia e cinco Deputados ainda não usaram da palavra. Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Há sim... quem quer propor o prolongamento deste período? Então, vou pôr à votação a proposta.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Caros colegas.

Há que alcançar consenso e que percorrer um caminho tortuoso

rumo à Democracia.

No passado dia 10 de Novembro, fizeram uso da palavra no período de Antes da Ordem do Dia vinte Deputados, tendo quatro das intervenções versado sobre o desenvolvimento do regime democrático. Isso bem demonstra como a matéria se transformou em alvo de grande atenção do público, não podendo portanto o Governo evitar encará-la, com toda a frontalidade.

Nos dez anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM e graças à implementação da política de visto individual por parte das autoridades centrais, a economia tem conhecido um espectacular crescimento, podendo até afirmar-se que se criou um milagre económico. É pena que esses excelentes resultados económicos apenas nos tenham trazido tristeza, pois em vez de ter aumentado a qualidade de vida, aumentaram as dificuldades em viver e trabalhar com alegria, aumentaram os obstáculos para arranjar uma colocação, e ainda surgiram sucessivos casos de corrupção, de conluio entre governantes e empresários e de clientelismo. Assim se conclui, como podemos observar, que o bem-estar social não melhorou com o crescimento económico, antes pelo contrário, agravou-se nestes dez anos de aplicação prática do actual sistema político, sistema este que dá ainda azo ao surgimento de conflitos por falta de articulação entre os elementos Democracia, Economia e Bem-Estar. Por esta razão é que se exige um desenvolvimento faseado do regime político democrático, para que a governação por um punhado de gentes de Macau com prerrogativas seja substituída por uma governação pelas gentes de Macau eleitas democraticamente, enquanto rumo para o sã desenvolvimento. Sabemos perfeitamente que, sem um regime político democrático, o bem-estar social dificilmente conhecerá avanços significativos. Mao Zedong, na sua obra “*Sobre a Contradição*”, afirma que “*quando o processo de desenvolvimento se depara com matéria complexa, surgem inevitavelmente contradições, umas essenciais e outras secundárias*”. “*Se for possível identificar as essenciais, então tudo se resolve*”. Ser ou não ser capaz de impulsionar o desenvolvimento faseado do regime democrático é, portanto, a contradição essencial para os variados problemas que Macau enfrenta.

É por advogar que seja dado tempo ao Governo para definir o rumo e o calendário para a democratização que temos vindo, desde o estabelecimento da RAEM, a aguardar silenciosamente pelo seu anúncio. O maior obstáculo que está a impedir o desenvolvimento do regime político democrático é a Lei Básica ter definido um regime algo conservador. Contudo, admite também essa lei fundamental a introdução de alterações ao sistema eleitoral do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa já em 2009, o que significa que o legislador reconhecia o desenvolvimento gradual do regime político democrático como expressão do princípio da progressividade, a ser processado dez anos após o retorno de Macau à Pátria. E foi assim que ficou previsto na Lei Básica o mecanismo de “alteração em caso de necessidade”, em 2009, das metodologias de eleição do Chefe do Executivo e de constituição da Assembleia Legislativa, ou seja, há uma norma que prevê o mecanismo de alteração. Se bem que se tenha omitido o sujeito na expressão “*se for necessário alterar*”, é mais do que óbvio que essa decisão cabe aos residentes e não aos governantes eleitos por uma minoria de residentes. Por isso é que, neste mesmo Hemiciclo, o nosso colega Ng Kuok Cheong tem vindo a reclamar, desde a reeleição de Emund Ho para Chefe do Executivo em 2004, a submissão a consulta pública das metodologias de eleição do Chefe do Executivo e de constituição da Assembleia Legislativa a serem aplicadas em 2009. Essa reclamação, ou seja, aproveitar a introdução de alterações às respectivas leis eleitorais

para impulsionar o desenvolvimento do regime político democrático, não obstante ter sido amiudadamente reiterada, não tem obtido por parte do Governo a devida resposta. Em 2008, o Governo apresentou propostas de lei sobre as eleições para a Assembleia Legislativa e para o Chefe do Executivo, mas nenhum avanço se registou nessas duas leis no que toca ao regime político democrático. A decisão sobre a necessidade de alterar as metodologias de eleição do Chefe do Executivo e de constituição da Assembleia Legislativa acabou apenas por ser tomada por uma mera martelada dada pelo Governo, sem qualquer debate e decisão do público de Macau. Esta forma de inibir o direito à participação política apenas se traduz numa opção política dos governantes, só para defenderem direitos injustos mas já adquiridos de um pequeno punhado de pessoas.

Passaram já dez anos desde o estabelecimento da RAEM, mas as autoridades continuam a recusar-se a proceder à democratização do regime político, alegando como pretexto a falta de consenso. No período de Antes da Ordem do Dia do passado dia 10 de Novembro, quatro Deputados pronunciaram-se e apresentaram as suas diferentes perspectivas sobre o assunto, havendo no entanto um ponto comum: todos consideram que deve chegar-se, em primeiro lugar, a um consenso social sobre a matéria, cimentando-se assim as bases para avançar com a democratização do regime político. Esta perspectiva coincide com a nossa. Desde 2004 que temos vindo a apelar ao Governo, afirmando que “*O desenvolvimento do regime político democrático deve ser coordenado pelo Governo da RAEM, devendo ser efectuada uma consulta a toda a população, sob a atenção do Governo Central. Para activar os trabalhos de consulta sobre o desenvolvimento do regime político democrático, devem definir-se o itinerário e calendário para a democratização do regime político, cumprir a Lei Básica e promover gradualmente a reforma, atingindo-se um regime político no qual o Chefe do Executivo e todos os deputados à Assembleia Legislativa possam ser eleitos através de sufrágio universal*”. Quando se fala de democratização do regime político fala-se de consenso social. O Governo da RAEM assume um papel dominante nesta matéria e é responsável pelos trabalhos de consulta pública, para se poder então chegar a um consenso social. O Governo da RAEM procedeu a um referendo para escolher nomes para pandas, e não há comparação possível entre a escolha de nomes para pandas e a promoção da democratização do regime político. O Governo da RAEM deve disponibilizar mais meios para que a população possa participar nessa promoção da democratização do regime político e possa apresentar as suas opiniões, chegando-se assim a um consenso social. Na nossa opinião, é provável que alguns dirigentes incompetentes e inábeis possam recorrer ao pretexto do consenso social para se esquivarem do seu trabalho e das suas responsabilidades, escondendo-se nos seus gabinetes à espera que um dia o consenso social caia do céu. Esta atitude de preguiça por parte dos dirigentes é, de facto, alvo de críticas. Foram muitos os Deputados que se pronunciaram sobre a democratização do regime político e que estão de acordo quanto ao facto de o Governo da RAEM dever promover a democratização do regime político, todos esperam que se chegue quanto antes a um consenso, para que os dirigentes preguiçosos do Governo, e isto é um recado, assumam de imediato uma postura activa nos trabalhos de procura do consenso social!

Enquanto deputados à AL percebemos, decerto, que o desenvolvimento da democratização do sistema político tem de seguir e, de forma progressiva, as disposições da Lei Básica. Refere-se no artigo 26.º da Lei Básica que “*os residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau têm o direito de eleger e de ser eleitos, nos termos da lei*”. No entanto, ao longo destes 10

anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, os direitos de eleger e de ser eleitos dos residentes para a eleição do Chefe do Executivo e da AL foram retirados. Obviamente que isto está em contradição com o artigo 26.º da Lei Básica.

A democracia nunca se pode concretizar de um dia para o outro. Na História da Humanidade, a democracia e a liberdade foram alcançadas fruto de enormes esforços e até mesmo de sacrifícios. No caso de Macau, nestes 10 anos os residentes têm sofrido com a corrupção e clientelismo decorrente das eleições realizadas em pequenos círculos. Os diversos problemas verificados ao longo destes últimos 10 anos devem-se principalmente a essas eleições. Por isso, a única saída para acabar com a situação é caminhar para a eleição do Chefe do Executivo e da AL por sufrágio universal. Percebemos que não é fácil caminhar para a democracia, e sabemos que isso exige muito diálogo e consenso social, e que a democratização do sistema político deve ser concretizada com serenidade e sem afectar a harmonia social. Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Caros colegas.

O cidadão da China Continental, Zhao Lianhai, pai de uma das crianças vítimas do caso do leite em pó da marca San Lu, foi acusado de “provocar polémica” e de “perturbar a ordem pública”, por ter encetado uma luta pela defesa dos direitos humanos e por uma reunião que promoveu à porta fechada. E por isso mesmo foi condenado a uma pena de prisão de dois anos e meio, depois de ter passado um ano detido. Trata-se de uma grande injustiça que deixa todos indignados. Este acto de transformar o autor da acção em réu é privar os cidadãos da China dos seus direitos constitucionais. Assim, os deputados de Hong Kong à Assembleia Popular Nacional e representantes dos membros de Hong Kong no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês enviaram, uns a seguir aos outros, cartas aos tribunais da China Continental, exigindo justiça para Zhao Lianhai. Isto só demonstra que ainda existem pessoas com coragem para defender a justiça.

Com vista a manter a estabilidade, é necessário defender os direitos humanos, caso contrário, podem surgir situações de “*white terror*”. Para defender os direitos humanos é indispensável defender a liberdade de imprensa, proporcionando meios à população para poder manifestar publicamente as suas opiniões. Os operadores do sector da comunicação social devem ter liberdade para fazer entrevistas, não devendo transformar-se em meios para a divulgação das decisões dos governantes. Não se deve reprimir as opiniões da sociedade nem suspender de funções os referidos profissionais para averiguações, quando se entende que o seu desempenho é insatisfatório.

Durante a visita do Primeiro Ministro Wen Jia Bao o ambiente em Macau parecia tranquilo, mas o que é facto é que tudo estava a ser vigiado por polícia à paisana espalhada pelos mais diversos locais, a segurança era tão rigorosa que nem sequer uma gota de água conseguiria penetrar sem ser notada. O perigo estava espalhado pelas duas margens do Rio das Pérolas e as numerosas árvores do monte da Guia assemelham-se a soldados. Manifesto a minha compaixão pelo esforço dos polícias e lamento o excessivo nervosismo do Governo da RAEM. Um nervosismo que é desnecessário e que apenas espelha falta de capacidade governativa.

É claro que é de todo necessário salvaguardar a segurança do líder do Governo Central, mas é de igual relevância assegurar a estabilidade social. Para conseguir atingir verdadeiramente esta meta, o que está em causa não é a quantidade de forças de segurança, mas sim o eliminar da fonte de todos os factores que constituem a instabilidade social, e um dos factores radicais que leva ao aparecimento da referida instabilidade é o próprio Governo. Vejamos as opiniões dum académico da China, e talvez assim possamos aprender alguma coisa.

O professor da Faculdade de Ciências Sociais da China, Yu Jian Rong, referiu que, para se manter a estabilidade e concretizar a harmonia social, há que chegar a consenso sobre as seguintes questões: primeiro, salvaguardar os direitos fundamentais dos cidadãos, garantindo a justiça social, no sentido de as diversas classes sociais poderem partilhar dos resultados provenientes do desenvolvimento sócio-político; segundo, criar mecanismos para que as diferentes classes sociais possam expressar francamente os seus interesses e solicitações; terceiro, proceder à reforma judicial, criando autoridades judiciais, e ainda um regime judicial capaz de, cientificamente, restringir os outros poderes, concretizando-se assim o estado de Direito; e quarto, melhorar e elevar as técnicas e o nível da governação, aumentando a capacidade governativa. Com vista a resolver os litígios e os problemas sociais, a solução final será, decerto, a concretização da democracia e do constitucionalismo.

Durante a sua visita a Macau, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao referiu quatro das suas expectativas para o futuro de Macau, sendo uma delas a construção de um governo empenhado, íntegro, eficiente e sempre disponível para servir a população. Trata-se de uma tarefa urgente, à qual o actual Governo da RAEM deve dar sequência. Na China Continental, o modelo de Governo que se pretende formar, virado para a prestação de serviços e em resultado das experiências colhidas ao longo dos 30 anos de reforma administrativa, iniciado na sequência da aplicação da reforma e abertura económicas, é a expressão máxima de uma política civilizada. Se na China houvesse um governo capaz de “aprender com a população, servir a população, ouvir as suas críticas e merecer a sua confiança”, então não teria havido lugar à condenação de Zhao Lianhai, e Macau poderia ser uma verdadeira sociedade estável e harmoniosa. Obrigado.

Presidente: Sr.^a Deputada Melinda Chan Mei Yi.

Melinda Chan Mei Yi: Obrigada Sr. Presidente.

Caros colegas.

Encarreguei uma instituição independente de efectuar um inquérito sobre o índice de felicidade da população de Macau, cujo resultado foi já divulgado junto dos meios de comunicação social e do público. Segundo esse inquérito, as “políticas de habitação e de juventude” são os itens que mais desagradam aos jovens dos anos pós 80. Já me pronunciei sobre a política de habitação durante a sessão de perguntas e respostas com a presença do Chefe do Executivo, mas pretendo hoje fazer chegar aqui as opiniões e o desejo dos referidos jovens, de modo a que a sociedade fique sensível ao que pensam, e assim se poderem evitar desentendimentos.

Os jovens não estão satisfeitos com a política de habitação, pois esta considera apenas metas e necessidades que só lhes vão surgir depois de encontrarem uma colocação, um emprego. Isto porque os rendimentos que auferem os deixam, de um modo geral, de fora da

política de habitação pública, e não tendo capacidade para aguentar os preços de uma habitação no mercado imobiliário privado, o sonho de ter uma casa só se concretiza se o Governo e a sociedade criarem um regime que lhes demonstre que isso é possível se, para tal, envidarem os devidos esforços. Tomar a aquisição de uma casa como meta é uma expressão da sua responsabilidade pela família e da garantia de um determinado nível e padrão de qualidade de vida. Optam na sua maioria por amortizar o crédito à habitação por um período que varia entre os 10 e os 20 anos, sendo este portanto um factor que lhes incute mais responsabilidade e empenho no trabalho, por isso, se incentivamos os jovens a criarem o seu próprio negócio, há também que os ajudar a ter uma casa. Por outro lado, manifestaram-se ainda insatisfeitos com o problema da delinquência juvenil, situação que não se pode descurar, na medida em que estão envolvidas questões muito abrangentes que vão desde a educação até à assistência.

Os resultados do referido inquérito demonstram que os cidadãos pouco se importam quanto à “preocupação da sociedade em relação a si própria” e a sua maior insatisfação reside no “grau de preocupação da sociedade em relação a si própria”. Isto revela, na prática, uma falta de sentido de pertença dos cidadãos à sociedade, o que afecta, consequentemente, o seu sentido de responsabilidade perante a sociedade. Esta atitude social constitui um factor que prejudica a educação e o desenvolvimento dos nossos jovens.

Para além disso, ainda segundo o tal inquérito, os jovens não revelam os seus descontentamentos por iniciativa própria, a maioria deles opta por uma atitude negativa, ou seja, “esconde-se”, “faz compras” ou “dorme”, para assim fugir aos desagradados. Provavelmente, é essa a sua forma de protesto silencioso contra a sociedade, o que significa, em paralelo, pouca preocupação da sociedade em relação aos jovens.

Com a implementação dos 15 anos de escolaridade gratuita, o Governo investiu avultados recursos públicos, e isso merece o nosso reconhecimento. Contudo, a educação não se limita ao ensino de conhecimentos gerais, tem antes por objectivo formar os jovens da nova geração para que consigam crescer saudavelmente. O objectivo da educação é assegurar um pleno desenvolvimento dos jovens nos vários aspectos, incluindo a virtude moral, as aptidões intelectuais e físicas, o espírito de equipa e o sentido estético. Proponho ao Governo e à sociedade que ponderem seriamente sobre quais os aspectos da área educativa que merecem séria avaliação e melhorias. E ainda sobre que medidas deve o Governo adoptar face aos problemas existentes na área da educação dos jovens.

Os serviços competentes devem actuar com mais profundidade e pormenor, por exemplo:

O Chefe do Executivo afirmou na Sessão de Perguntas e Respostas que o Governo ia estimular o envolvimento dos jovens em regime de voluntariado, isso é bom ao nível da educação ética e social dos jovens. Segundo uma pesquisa efectuada por nós, ficámos a saber que 90% da geração pós 80 que tem participado em trabalhos de voluntariado está contente, e isso deve-se, principalmente, ao trabalho em grupo, pois enquanto ajudam os outros conseguem encontrar confiança, sentido de pertença e responsabilidade social, alterando assim os seus valores. Este tipo de educação não se consegue por via do ensino normal, por isso, o Governo deve ser determinado na definição de políticas que possam incentivar os jovens a participar no voluntariado.

O Governo definiu como vertente para a diversificação económica o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. Que se saiba, o teatro é uma vertente importante da cultura e da criatividade. Existem em Macau algumas associações, criadas há mais 30 anos, que se têm dedicado ao teatro por paixão, mas que se deparam com muitas dificuldades, algumas delas nem possuem instalações para poderem ensaiar. Hoje em dia, em muitas instituições de ensino superior existem grupos compostos por estudantes que se dedicam ao teatro, mesmo sem apoio financeiro suficiente. O teatro ajuda os actores e espectadores a relaxar, os temas tratados passam sempre valores positivos e de grande importância para a educação, devendo o Governo incentivar os sectores e os jovens a dedicarem-se mais ao teatro, enquanto arte integrante da cultura. Assim, ao mesmo tempo que se educam os jovens contribui-se para formar elites para as indústrias culturais e criativas de Macau.

Por outro lado, os docentes representam um elo importante no processo de implementação da política educativa. Estou convencida de que todos aqueles que se dedicam à profissão docente estão motivados pelo espírito desinteressado de sacrifício ao trabalho do ensino. Verificam-se, no entanto, muitos desequilíbrios resultantes das políticas governamentais, como por exemplo, as diferenças no tratamento dos professores de instituições privadas e públicas, o que vem afectar, numa perspectiva objectiva, o profissionalismo dos docentes, para além de originar situações de injustiça. A política do Governo para a educação das novas gerações deve ter por base uma visão global macro, pois qualquer efeito negativo dessa política prejudicará, por último, a nova geração e a própria sociedade. Na distribuição de recursos educativos, os docentes não estão a ser devidamente compensados pelo seu trabalho extraordinário, nem recebem qualquer subsídio. É por isso necessário que haja um equilíbrio na política educativa, através de um regime de carreiras em que predomine a justiça entre as atribuições funcionais e as regalias.

Estou convencida de que todos os colegas desta Assembleia e os diversos sectores sociais têm a sua perspectiva, decerto valiosa, sobre os problemas do ensino, nomeadamente ao nível da educação da juventude. No meu entender, o mais importante é que essas opiniões e sugestões venham a ser recolhidas de forma coordenada pelo Governo, para sua posterior implementação. Se o Governo assim proceder, será uma felicidade para os jovens de Macau e, por último, para a sociedade de Macau no seu todo. Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Muito obrigado Sr. Presidente.

As Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, aprovadas em finais de 2008, definiram o posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Para atingir este objectivo é indispensável melhorar as condições ambientais, criando assim um ambiente confortável e saudável para se viver. Só que o Governo da RAEM tem assumido uma postura passiva e nada de concreto tem feito. E isso é lamentável!

Nos últimos anos, foram surgindo inúmeros problemas ambientais que têm sido alvo de grande atenção da população, como por exemplo os fumos produzidos pelos automóveis e pelos estabelecimentos de comes e beberes; a poluição causada pelas máquinas de bate-estacas de modelo antigo; os gases, óleos e ruídos produzidos pelas oficinas de reparação e de sucata de automóveis,

bem como os prejuízos acarretados pela água poluída da Baía Norte do Patane e do Canal dos Patos sobre as condições de higiene, etc.. Estes problemas já há muitos anos incomodam a população, e a imperfeição das leis vigentes, bem como a divergência das fontes de origem da poluição, obrigam ao envolvimento de diversas entidades, contribuindo assim para que os problemas se vão mantendo. O Governo tomou medidas em relação a alguns deles, por exemplo, apresentou o texto de consulta para revisão do diploma sobre o ruído ambiental e criou o Fundo para o Ambiente e Conservação Energética, para atribuição de apoio financeiro às PME, no sentido de reduzir a emissão de fumos. Só que, segundo a experiência, o Governo “gosta” de trabalhar lentamente na concretização das políticas, portanto, a população tem razão para estar preocupada com o facto de os problemas poderem vir a manter-se por mais alguns anos. Nem vale a pena pensar que o Governo vai ter em atenção outros novos problemas ambientais, por exemplo, a poluição luminosa provocada pelos casinos e pelos reclamos luminosos dos estabelecimentos comerciais.

Na realidade, o Governo já no passado revelou alguns desejos relativos à implementação da política de protecção ambiental, desejos esses que, no entanto, nunca foram concretizados. Por exemplo, já em Abril de 2006 o Coordenador do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético anunciou, publicamente, que o sistema de transportes públicos movido a gás natural ia ser gradualmente posto em prática em 2008. Em Abril de 2009, o mesmo responsável voltou a afirmar que o Governo tinha efectuado, em Agosto de 2008 e em colaboração com o *China Automotive Engineering Research Institute*, um estudo sobre o plano de desenvolvimento do sistema de transportes públicos movidos a gás natural. Mas até ao momento ainda não se vê esse tipo de transporte a circular nas vias públicas, para além de faltarem informações sobre o progresso desse plano. Em Novembro deste ano, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental revelou que o Instituto para o Desenvolvimento e Qualidade de Macau tinha sido incumbido de proceder a estudos sobre a promoção de viaturas ecológicas. Mas o público duvida se, afinal, esse plano, sob orientação da Universidade de Macau, vai ser integrado nos estudos do sistema de transportes públicos. Vai mesmo? Mantém-se o gás natural como fonte para o sistema de transportes públicos? Ou as autoridades responsáveis vão querer inovar, isto é, vão introduzir um sistema de transportes públicos com viaturas ecológicas e de baixa emissão? Ou vão ser adoptadas outras políticas? O facto de cada serviço público actuar à sua maneira e a falta de coordenação vão afectar a introdução de um sistema de transportes com viaturas ecológicas de baixa emissão. Para além disso, será impossível atenuar efectivamente a poluição do ar através da redução dos gases poluentes emitidos pelas viaturas, sendo também possível que não se consigam concretizar os objectivos constantes do relatório das LAG, isto é, reduzir a intensidade das emissões de dióxido de carbono, em conformidade com a política de redução definida pelo País e com as obrigações definidas no Protocolo de Quioto.

Não queria estar a comparar a situação de Macau com a de outras regiões, mas o facto é que os diplomas de Macau, respeitantes ao ambiente, não conseguem acompanhar o passo do desenvolvimento registado a nível mundial. E esta afirmação tem justificação, pois o calendário para revisão da “Lei de Bases do Ambiente”, publicada há 20 anos, não foi ainda, até à data, definido. Caso o Governo defina as leis necessárias sem estratégia e sem ter em consideração a actual realidade social e as necessidades do futuro desenvolvimento, Macau ficará muito diferente, e o turismo, que se posiciona como sector principal do seu desenvolvimento, será limitado. E assim sendo,

tanto as condições ambientais para o quotidiano da população como o desenvolvimento social sustentável de Macau irão ser prejudicados. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas.

O sucesso da Expo Xangai é já tema quente no mundo. O Fórum da Expo Xangai, um evento da maior relevância de entre as várias actividades integradas na Expo Xangai, tem como tema a “Inovação urbanística e o desenvolvimento sustentável”. Os convidados que participaram nesse Fórum são especialistas e indivíduos célebres mundialmente, incluindo o Primeiro-Ministro do Estado, Wen Jiabao, o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, o Primeiro-Ministro da Finlândia, Mari Kiviniemi, o Prémio Nobel da Economia 2001, Michael Spence, o Prémio Nobel da Física 2004, David Gross, o Coordenador do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), Joan Clos e o Académico Chinês, Professor Wu Liangyong. Nesse Fórum, os diversos especialistas e académicos das diferentes áreas apresentaram as suas experiências e opiniões sobre sete temas, nomeadamente, “O Sector da Informática e a Urbanização Digital”, “A Inovação dos Conhecimentos e a Cidade da Cultura”, “O Desenvolvimento Verde e a Cidade Ecológica”, “O Progresso tecnológico e a Inovação Urbanística”, “A Reconversão Económica e a Cidade Sustentada”, “O Tratamento Comunitário e a Cidade Confortável para se Viver” bem como “A Criatividade dos Jovens e a Cidade do Futuro”. Tive a honra de poder participar, na qualidade de palestrante, nesse Fórum, que contou com a participação de apenas uma centena de elites a nível mundial. Depois desse Fórum, a ONU, a Oficina Internacional de Exposições e o Comité Organizador da Expo Xangai elaboraram, em conjunto, a Declaração de Xangai, que sublinha que o desenvolvimento sustentável das cidades depende da inovação para a construção de cidades harmoniosas.

Na qualidade de operador da área do planeamento urbanístico, entendo que Macau deve acolher e considerar seriamente a Declaração de Xangai. Devido às particularidades do background histórico de Macau e ao desenvolvimento económico dos últimos anos, o nível de vida da população de Macau aumentou, e esta pequena cidade transformou-se num foco da atenção mundial. E em resultado disso, os residentes de Macau são mais bem tratados nas suas visitas ao exterior do que antes da transferência de soberania. A abertura económica e comercial, a liberdade religiosa, a mútua tolerância entre diferentes culturas e grupos étnicos, a longa esperança média de vida, a baixa taxa de desemprego, as construções de características humanistas e o património cultural diversificado demonstram bem como Macau é uma cidade harmoniosa, aberta e confortável para se viver.

Fazendo um estudo retrospectivo sobre o desenvolvimento da economia, da sociedade, da cultura, da educação, da saúde e da tecnologia de Macau nos últimos 10 anos, podem constatar-se alguns resultados. Na realidade, o Governo está a retribuir à sociedade os frutos do desenvolvimento económico, tendo já implementado os 15 anos de escolaridade gratuita, uma raridade em toda a Ásia e até mesmo no Mundo. O Governo está a aperfeiçoar o regime de segurança social, por forma a conceder de imediato riqueza aos idosos e a disponibilizar planos para garantir a vida pós aposentação de todas as pessoas que reúnem condições e que não atingiram a

idade para aposentação; e por forma a garantir o desenvolvimento sustentável da economia, o Governo propôs ainda a criação de um fundo de reserva financeira. Pode constatar-se que a saúde, os cuidados de saúde e o ambiente habitacional são já ideais, e que, na realidade, Macau é já um dos territórios com maior esperança média de vida a nível mundial, facto ou fruto que não se pode medir através de dinheiro.

De acordo com um inquérito, o nível de satisfação dos residentes em relação à saúde está a baixar. As críticas ao plano de comparticipação pecuniária, acusada de ser uma má medida, são resultado de análises qualitativas. Mas as pessoas cuidadosas e que estudam os casos de forma científica realizam análises quantitativas. Pode constatar-se que neste momento se atribui a todos os residentes que reúnem condições um montante para a abertura duma conta individual. Na realidade, no próximo ano, esse montante vai sofrer um aumento de 67%, isto é, o tal plano, que é uma medida a curto prazo, vai caminhar faseadamente para uma medida de longo prazo. O Governo pretende reservar riqueza para o povo e conceder benefícios aos idosos, facto que merece o nosso consentimento. Se houver que optar entre “folguemos enquanto podemos, porque noutra hora choraremos” e “em tempos de prosperidade, preparai-vos para a adversidade”, acredita-se que o povo chinês consegue escolher com a sua inteligência milenar. Quanto ao facto de o nível de satisfação dos residentes em relação à saúde estar a baixar, merece realçar que, de acordo com as actuais informações facultadas pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, a esperança média de vida das pessoas de Macau está em 1.º lugar a nível mundial (84,36 anos), superior ao Japão – “País da Longevidade” (82,12 anos, no 3.º lugar) e ao território vizinho de Hong Kong (81,86 anos, no 5.º lugar).

As contradições superficiais que referi são dados científicos que podem não convergir com o pensamento e sentimento dos residentes. As análises qualitativa e quantitativa de dados dão resultados diferentes, porque a primeira trabalha com sentimentos, atitudes e opiniões e a segunda actua sobre dados científicos e indicadores. Se quisermos “políticas científicas”, temos então de ponderar e avaliar aprofundadamente esses fenómenos, que não se coordenam entre si.

Objectivamente, há que considerar tanto os dados científicos como a sensibilidade da população. Como refere a Declaração de Xangai: ao mesmo tempo que a urbanização e a industrialização geram ricos frutos de civilização para a humanidade, sujeitam-na também a desafios sem precedentes. A expansão da população, o congestionamento do trânsito, a poluição ambiental, a escassez de recursos, a pobreza e os conflitos culturais são já temas a nível mundial, aos quais Macau não pode ficar alheio. Assim, admite-se que haja ainda grande necessidade e margem para melhorar a situação, mas se constantemente se negam os resultados do desenvolvimento, em nada se contribui para o espírito criativo e para cultivar entre os jovens da RAEM a noção de ser “dono”. Devemos reconhecer as virtudes e negar as maldades, corrigir as falhas e distinguir entre o bem e o mal.

Creio que Macau já entrou numa fase de florescimento. Creio ainda que os esforços envidados para transformar Macau nunca cidade propícia para se viver podem contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, que deve ainda ser desejo comum de todos os residentes. Assim sendo, há então que seguir o rumo da Declaração de Xangai, ou seja, transformar Macau numa cidade harmoniosa, aberta e onde reine o desenvolvimento sustentável. Espero que o Governo não deixe de ser rigoroso na concretização e

execução das LAG, e que seja ainda mais activo no diálogo com a população, a fim de permitir que esta fique a conhecer, suficientemente, as razões e os fundamentos subjacentes às LAG. Quanto à população em geral, faço votos para que todos contribuam, de coração, com a sua sabedoria e com a sua força, em prol do bem-estar dos seus filhos e netos. Conjugando os esforços do Governo e da população num ambiente harmonioso, conseguiremos, com toda a certeza, transformar Macau numa cidade ainda mais bonita e propícia para se viver. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, mantenham-se, por favor, nos vossos lugares, enquanto aguardamos pela entrada dos representantes do Governo.

(Entrada dos representantes do Governo na sala do Plenário)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Entramos no primeiro ponto da Ordem do Dia, que é a apresentação discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2011”. Vou, em primeiro lugar, dar a palavra ao Sr. Secretário, para fazer a sua apresentação.

Secretário da Economia e Finanças, Tam Pak Un: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Sr.ªs e Srs. Deputados.

O valor global da receita prevista no Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau para o próximo ano financeiro é de 79 611 202 600 patacas, traduzindo-se num acréscimo de 35,23%, ou seja, mais 20 738 854 100 patacas face ao valor revisto da previsão da receita para 2010.

Aquele acréscimo relaciona-se, essencialmente, com a receita dos “Jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino”, inserida nos impostos directos, estimada em 57 400 000 00 patacas, ou seja, mais 17 150 000 00 patacas face ao valor da receita revista para 2010; a receita fiscal a arrecadar em sede de “Imposto profissional”, “Contribuição predial urbana” e “Imposto complementar”, está estimada em 3 062 900 000 patacas, prevendo-se aqui um acréscimo de 737 366 500 patacas relativamente ao valor da receita revista do ano transacto; quanto à receita proveniente dos “Prémios de concessão de terrenos”, inserida no capítulo dos “Rendimentos da propriedade”, estima-se que venha a atingir 1 106 381 000 patacas, ou seja, uma redução de 1 317 938 900 patacas relativamente ao orçamentado para 2010; no capítulo “Transferências”, a receita relativa à “Contribuição para o desenvolvimento urbano, promoção turística e segurança”, arrecadada ao abrigo dos contratos de concessão da exploração do jogo, é prevista em 3 300 000 00 patacas, ou seja, mais 1 300 000 00 patacas.

O valor global da despesa orçamentada para 2011 é de 57 470 470 500 patacas, no qual o «Orçamento da despesa ordinária integrada do Governo», calculada segundo o regime contabilístico de caixa, perfaz a quantia de 52 993 441 700 patacas, subdividida em 41 623 441 700 patacas respeitantes aos orçamentos de funcionamento, e 11 370 000 00 patacas afectas ao Plano de Investimentos (PIDDA). Quanto ao valor global do «Orçamento da despesa integrada dos organismos especiais», compreendendo os seis organismos que adoptam o regime contabilístico de acréscimo (i.e. Direcção dos

Serviços de Correios, CEP, Fundo de Pensões, Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo, AMCM e Fundação Macau), é estimado em 4 587 432 300 patacas.

No sentido de clarificar os valores da receita, despesa e saldo estimado do exercício, no Orçamento da RAEM para o ano 2011 é eliminada a rubrica de despesas denominada “Provisão para acumulação de saldo de execução orçamental”.

Após o apuramento da diferença entre as receitas e as despesas estimadas, obtém-se, no caso do «Orçamento ordinário integrado do Governo» expresso pelo saldo orçamental, o valor de 20 896 546 400 patacas, e quanto ao «Orçamento integrado dos organismos especiais», expresso através do resultado do exercício destes, o valor de 1 244 185 700 patacas.

Na eventualidade de o Governo da Região Administrativa Especial de Macau ter de recorrer ao saldo orçamental, será necessariamente submetida à aprovação da Assembleia Legislativa a devida proposta de alteração orçamental, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do diploma ora apresentado.

Na perspectiva da classificação orgânica, as entidades cujo somatório total do orçamento geral de funcionamento com o PIDDA, para o próximo ano, excede 500 milhões de patacas, são:

✧ Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas: 7 527 milhões de patacas (ou seja, mais 1 415 milhões de patacas, isto é, o equivalente a mais 23,16%);

✧ Fundo de Segurança Social: 4 583 milhões de patacas (mais 2 832 milhões de patacas, i.e. mais 161,80%);

✧ Serviços de Saúde: 4 287 milhões de patacas (mais 1 509 milhões de patacas, i.e. mais 54,32%);

✧ Direcção dos Serviços de Educação e Juventude: 2 718 milhões de patacas (mais 2 41 milhões de patacas, i.e. mais 9,73%);

✧ Direcção dos Serviços das Forças de Segurança: 2 543 milhões de patacas (mais 137 milhões de patacas, i.e. mais 5,68%);

✧ Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais: 1 999 milhões de patacas (mais 193 milhões de patacas, i.e. mais 10,66%);

✧ Instituto de Acção Social: 1 740 milhões de patacas (mais 213 milhões de patacas, i.e. mais 13,96%);

✧ Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes: 1 423 milhões de patacas (mais 23 milhões de patacas, i.e. mais 1,64%);

✧ Universidade de Macau: 1 036 milhões de patacas (menos 82 milhões de patacas, i.e. menos 7,31%);

✧ Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego: 766 milhões de patacas (mais 271 milhões de patacas, i.e. mais 54,77%);

✧ Polícia Judiciária: 696 milhões de patacas (mais 235 milhões de patacas, i.e. mais 50,93%);

✧ Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental: 647 milhões de patacas (mais 213 milhões de patacas, i.e. mais 49,11%);

✧ Estabelecimento Prisional de Macau: 606 milhões de patacas (mais 75 milhões de patacas, i.e. mais 14,17%);

✧ Fundo de Turismo: 577 milhões de patacas (mais 3 milhões de patacas, i.e. mais 0,47%);

✧ Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização: 571 milhões de patacas (mais 117 milhões de patacas, i.e. mais 25,85%);

✧ Instituto Politécnico de Macau: 540 milhões de patacas (mais 53 milhões de patacas, i.e. mais 10,82%);

✧ Fundo de Desenvolvimento Educativo: 525 milhões de patacas (mais 10 milhões de patacas, i.e. mais 1,88%);

✧ Fundo de Desenvolvimento Educativo: 517 milhões de patacas (mais 20 milhões de patacas, i.e. mais 3,94%).

Considerando o «Orçamento da despesa ordinária integrada do Governo» na óptica da classificação funcional, destaca-se o peso de cada função face ao valor global daquele orçamento:

✧ Serviços económicos: 16,4%;

✧ Educação: 16,1%;

✧ Outras funções: 16,1%.

✧ Previdência social: 14,6%;

✧ Serviços gerais de administração pública: 14,2%;

✧ Saúde: 7,9%;

✧ Segurança pública: 7,1%;

✧ Habitação: 4,1%;

✧ Outros serviços colectivos/sociais: 3,7%;

Relativamente ao peso de 16,4% ocupado pelos “Serviços económicos”, 65,7% refere-se a infra-estruturas, transportes e ordenamento físico/ambiente.

Das funções anteriores, para além das “Outras funções”, as que apresentam valores mais elevados, são designadamente:

✧ Serviços económicos: 8 697 milhões de patacas (ou seja, mais 1 172 milhões, i.e. mais 15,58%), onde se destacam as sub-funções:

- Transportes: 3 424 milhões de patacas (mais 1 722 milhões de patacas, i.e. mais 101,20%);

- Administração, regulamentação e investigação: 1 638 milhões de patacas (menos 137 milhões de patacas, i.e. menos 7,73%);

- Ordenamento físico/ambiente: 1 528 milhões de patacas (menos 499 milhões de patacas, i.e. menos 24,61%);

- Turismo: 796 milhões de patacas (mais 37 milhões de patacas, i.e. mais 4,86%).

✧ Educação: 8 515 milhões de patacas (mais 1 814 milhões de patacas, i.e. mais 27,07%);

✧ Previdência social: 7 713 milhões de patacas (mais 3 219 milhões de patacas, i.e. mais 71,63%), onde se destaca a sub-função “Acção social” com 7 327 milhões de patacas (mais 3 123 milhões de patacas, i.e. mais 74,27%);

✧ Serviços gerais de administração pública: 7 538 milhões de patacas (mais 1 051 milhões de patacas, i.e. mais 16,19%);

✧ Saúde: 4 170 milhões de patacas (mais 1 447 milhões de patacas, i.e. mais 53,13%);

✧ Segurança pública: 3 753 patacas (mais 382 milhões de patacas, i.e. mais 11,33%).

Quanto ao orçamento do PIDDA para o próximo ano, verifica-se um aumento de 1 503 999 400 patacas, face à previsão inicial de 2010, cifrando-se o seu valor global em 11 370 000 000 patacas. Desagregando por funções e ordem de grandeza, regista-se:

✧ Serviços económicos: 4 857 milhões de patacas (ou seja, mais 857 milhões de patacas, i.e. mais 21,43%);

✧ Educação: 2 684 milhões de patacas (mais 664 milhões de patacas, i.e. mais 32,91%);

✧ Habitação: 1 357 milhões de patacas (menos 71 milhões de patacas, i.e. menos 4,99%);

✧ Segurança pública: 930 milhões de patacas (mais 257 milhões de patacas, i.e. mais 38,14%);

✧ Serviços gerais de administração pública: 466 milhões de patacas (menos 136 milhões de patacas, i.e. menos 22,56%);

✧ Saúde: 432 milhões de patacas (mais 131 milhões de patacas, i.e. mais 43,66%);

✧ Outros serviços colectivos/sociais: 274 milhões de patacas (mais 12 milhões de patacas, i.e. mais 4,39%);

✧ Previdência social: 121 milhões de patacas (mais 65 milhões de patacas, i.e. mais 117,01%).

À semelhança do ano anterior, a fim de aliviar a carga tributária que recai sobre os cidadãos em geral, propõe-se que no Orçamento para 2011 seja dada continuidade a uma série de medidas de redução e isenção fiscais já adoptadas em 2010, tal como a elevação do limite de isenção do imposto profissional de 120 mil patacas, presentemente fixado, para 144 mil patacas, conforme consta do artigo 17.º do diploma ora apresentado.

Exm.º Sr. Presidente, Exm.ªs Sr.as e Sr.s Deputados, termino por aqui a minha apresentação. Muito obrigado a todos.

Presidente: Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário.

Tenho algumas questões a colocar nesta fase da generalidade. Este ano, de facto, a elaboração do Orçamento registou melhorias e a fiscalização apresenta-se mais adequada. Portanto, as minhas questões vão incidir sobre o conteúdo do Orçamento.

No Orçamento para o próximo ano prevê-se um aumento significativo nas receitas, ou seja, um aumento de 17,1 mil milhões de patacas, essencialmente proveniente das receitas do jogo. Não sei se é possível fazer uma breve apresentação sobre o porquê da estimativa para o ano, sobre este aumento tão significativo e favorável das receitas do jogo. Com que fundamento é que se fez esta estimativa? Será que a execução orçamental deste ano justifica esta evolução?

E em segundo lugar, quanto à despesa, o Sr. Secretário elencou uma série de aumentos para as diferentes áreas, portanto, gostaria de saber se, da parte do Governo, ao nível da política orçamental... se há uma intenção subjectiva, ou seja, não só aumenta bastante a receita como também a despesa. Assim, perante este aumento significativo... qual é afinal a sua relação com a intenção subjectiva do Governo? Que efeito é que se pretende atingir? Qual é a intenção deste aumento da despesa para suportar as Linhas de Acção Governativa?

Não sei se é possível esclarecer a intenção subjectiva do Governo quanto a este aumento da despesa, e não apenas elencar os aumentos que se vão registar.

Em terceiro lugar, também gostaria de saber sobre as políticas, por exemplo, sobre a comparticipação pecuniária, sobre a conta de poupança central, cujos montantes, creio eu, estão já previstos no orçamento... Portanto, não vai haver necessidade de reforço e, de qualquer modo, o Chefe do Executivo também afirmou que vai haver lugar a actualização dos vencimentos na Função Pública. Não sei se esta vertente já foi considerada no Orçamento. Então, na presente proposta de orçamento não haverá necessidade de apresentar um novo orçamento suplementar ou qualquer reforço, não é verdade? Também a população coloca agora dúvidas sobre o plano de comparticipação pecuniária e a conta de poupança central, se vão sofrer reduções, apesar das previsões de aumento da receita. Isto só beneficia os trabalhadores da Função Pública, cujos vencimentos vão ser ajustados. Para além disso, a despesa para o próximo ano vai ser muito elevada, mais do que a do corrente ano. Perante esta situação, o Chefe do Executivo, não sei se por causa do stress ou da pressão, chegou a prometer verbalmente que, para ajudar a população a enfrentar a inflação, ia ser concretizado, no primeiro semestre, o plano de comparticipação pecuniária, e que no segundo semestre, provavelmente, ia haver lugar a uma segunda distribuição. Referiu a concretização de um segundo plano, mas não especificou qual vai ser esse plano. Então, no orçamento agora proposto não foi, provavelmente, considerado, um eventual novo programa de comparticipação ou até o depósito de mais uma quantia na Conta da Poupança Central, no segundo semestre. Eu creio que não foi considerado no orçamento, e assim sendo, provavelmente vai ter de ser apresentada uma nova proposta para efeitos de reforço, não é? Não sei se o Governo está a preparar fazer isso ou se, naquela altura, o Chefe do Executivo só falou por falar, porque foi questionado, e não existe ainda um plano concreto. Ou então, pelo contrário, para o próximo ano vamos ter, provavelmente, dois planos de comparticipação pecuniária. Não sei se nesta fase é possível responder-me.

E finalmente mais uma questão, que também é uma questão nova. Gostaria que entre o Governo e a Assembleia houvesse boa colaboração na fiscalização das despesas das obras públicas de grande dimensão. Não sei se o Governo pode ou não, por exemplo, perante o presente orçamento, em relação ao PIDDA, se pode fazer uma elencação mais específica. Por exemplo, para 2011 foram elencados no orçamento os novos projectos de obras públicas a desenvolver, e que envolvem valores superiores a dez milhões de patacas. Antigamente não se fazia esta elencação, mas em 2011 o Governo vai arrancar com novos projectos, e eu sei que o Governo, para além deste orçamento, nos fez chegar também um conjunto de documentos, mas é possível ou não agora, ou em sede de comissão, na especialidade, facultar ou concentrar-se um pouco nesses elementos? Ou seja, nos novos projectos que vão arrancar em 2011, quais são as obras que vão implicar valores superiores a dez milhões de patacas? Pode fazer uma apresentação ou, como primeiro passo, apresentar os respectivos dados, com vista a facilitar a nossa discussão e para nós compreendermos melhor todo o desenvolvimento das grandes obras públicas?

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário.

Olhando para este orçamento de 2011, em primeiro lugar, queria, através dos números, saber da situação da receita da RAEM. Se me enganar, façam o favor de me corrigir.

De acordo com as informações que tenho, em 2009, depois da revisão do orçamento, o montante passou a 48,085 milhões de patacas. Claro que mais tarde vamos apreciar o relatório de execução orçamental e a receita final em 2009 atingiu 69,871 milhões de patacas, ultrapassando em muito o orçamentado. Em 2010, tanto a receita como a despesa registaram 58 872 348 500 patacas, ou seja, o mesmo montante, o que demonstra que o Governo assumiu uma atitude muito prudente na sua gestão financeira, e para o ano de 2011 passou de 58,8 mil milhões de patacas (em 2010) para 79,6 mil milhões de patacas. Trata-se de uma subida bastante significativa! Tanto o Governo da RAEM como os operadores do sector do jogo prevêem que a receita proveniente deste sector venha a registar um acréscimo de 10%, o que, aliás, é bom. E na vertente das despesas para o ano, o montante também está previsto na ordem dos 57,4 mil milhões de patacas, e está bastante bem definido, o que reflecte que esta proposta de Orçamento é responsável. Mas entretanto vejo que os números estão a subir de ano para ano. E quanto ao orçamento para o próximo ano, quero frisar o seguinte: o tsunami financeiro já está a afastar-se e a recuperação da economia de Macau está a acelerar... e em 2010, as LAG abrangiam uma série de benefícios sociais, tais como:

1. Ajudar a população a partilhar dos frutos do crescimento económico;

2. Ajudar os nossos cidadãos, sobretudo os das camadas mais baixas, a fazerem face à inflação. E, na prática, estamos a ver que o Renmimbi está constantemente a subir e que a política expansionista está também a afectar todos os países da Ásia, e tanto os preços como as rendas dos imóveis, bem como os preços de bens essenciais têm registado subidas. Não se deseja que em Macau surja o fenómeno - “em casa da Maria Parda, uns comem tudo e outros nada” - tanto mais que a situação financeira de Macau é satisfatória.

Assim sendo, não deverá antes o Governo adoptar medidas adequadas para apoiar os nossos residentes, no sentido de não verem a sua qualidade de vida baixar? Mas, infelizmente, no relatório que foi apresentado recentemente pelo Chefe do Executivo, não vejo grandes medidas para apoiar a sociedade. Concorro com as medidas de actualização salarial, com o ajustamento dos diversos subsídios dos trabalhadores da Função Pública, com vista a conseguirem fazer frente à inflação, mas apesar da situação financeira tão folgada, não houve aumento do plano de comparticipação pecuniária, antes pelo contrário, registou-se uma redução que não consigo perceber! E para as LAG de 2011 só vejo a mera manutenção das medidas de isenção e redução dos vários impostos e tarifas, idênticas às adoptadas nos anos anteriores, não vejo nenhuma medida nova para apoiar a população, sobretudo nenhuma novidade quanto ao plano de comparticipação pecuniária, que baixou de seis mil para quatro mil patacas. Quanto a este plano de comparticipação pecuniária, ou falta alguma coisa ou verificou-se algum engano! Não sei se o Sr. Secretário vai ou não ajustar esta forma entretanto adoptada para a implementação do plano de comparticipação pecuniária, quero dizer que, em vez de pensar em reduzi-lo, deve é aumentá-lo, ou então manter o valor concedido no ano passado, ou seja, 6 mil patacas para os residentes permanentes e 4 mil para os não permanentes! Parece que somos muito generosos... e que não conseguimos prever que a inflação tinha tendência a baixar... e, tenho a certeza absoluta, o Renmimbi vai continuar a subir. Vão aumentar as exigências quanto à oferta de fracções e tanto os preços como as rendas vão também continuar a subir. Quando vi no telejornal os olhos afogados em lágrimas dos residentes entrevistados, senti o meu coração apertado e creio que toda a gente, incluindo o Sr. Secretário, se compadeceu. Se todos os cidadãos ajudassem aqueles entrevistados, toda a gente ficaria contente. Porque é que não prestamos esse apoio? Quanto às questões levantadas, espero poder contar com a sua boa vontade, Sr. Secretário, para daqui a pouco me dar uma resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário.

Relativamente à proposta de lei do orçamento, vou colocar algumas questões relativas à apreciação na generalidade.

Quer dizer que Orçamento... que se verificou uma reforma. Ao longo dos anos tem vindo a aplicar-se um regime em que as despesas são efectuadas de acordo com as receitas, ou seja, a adopção do princípio do equilíbrio. Mas este ano essa forma foi alterada e adoptou-se um sistema em que se faz a reserva de uma parte dos saldos anteriores para servir como provisão, ou seja, como previsão do saldo positivo para o próximo ano; quer isto dizer que não há números concretos, uma vez que os valores absolutos aumentaram significativamente. Lembro-me de que a receita passou de 52 mil milhões de patacas no orçamento inicial do corrente ano para 58 mil milhões de patacas na receita efectiva. Prevê-se que a receita no Orçamento para o próximo ano seja de 79,8 mil milhões de patacas, cujos valores absolutos, comparativamente ao ano anterior, aumentaram mais de 20 mil milhões, mas como foi alterada a forma de apresentação do orçamento, existe uma reserva dos saldos previstos. Quanto à despesa, prevê-se mesmo um aumento bastante significativo para o próximo ano, e as despesas ascendem a 57,4 mil milhões, que é o correspondente às despesas globais verificadas no corrente ano. Lembro-me de que, na apresentação da Lei de Reserva Financeira, o Sr. Secretário referiu que esta lei já tinha sido lançada,

e que a reserva ia basear-se no saldo do ano económico de 2010. Mais concretamente, esta reserva básica vai ter por base o valor de 56 mil milhões de patacas. Quando se faz a comparação das despesas do ano de 2010 com o ano de 2011, verifica-se um aumento superior a 20 mil milhões de patacas, ou seja, passou de 37 mil milhões de patacas em 2010 para 57 mil milhões de patacas agora. Não sei se é este o cálculo. É assim? Mas o Sr. Secretário pode explicar o seu método de cálculo.

Atendendo ao aumento tão significativo da despesa, voltámos a ler as despesas elencadas no Orçamento e verificámos os seguintes aumentos: Gabinete do Secretário dos Transportes e Obras Públicas - 1,4 mil milhões de patacas, Fundo de Segurança Social - 2,8 mil milhões de patacas, Direcção dos Serviços de Saúde - 1,5 mil milhões de patacas... os valores no caso destes três Serviços Públicos são muito elevados, e depois de somados, chegamos a um total de vários mil milhões de patacas. Porque é que os valores subiram tanto, ultrapassando os 20 mil milhões de patacas? Estamos muito preocupados com a situação que se está a viver, ou seja, a nossa economia está boa, e assim sendo, os Serviços Públicos gastam mais. Mas apesar de se alterar a forma de apresentação do Orçamento, houve mesmo um aumento bastante significativo da despesa. Esta era uma da questão que queria colocar.

A segunda questão tem a ver com a questão da habitação, a qual está a concentrar a elevada atenção da sociedade, porque o próximo ano já é o ano de 2011, ou seja, falta pouco tempo para a conclusão da construção das 19 mil habitações públicas, prevista para 2012. Prevê-se que a construção dos estaleiros necessários para a construção destas fracções vão ter início a partir do próximo ano, mas a despesa na rubrica relativa à habitação diminuiu... parece-me que não há qualquer subida, antes pelo contrário, regista-se uma descida, ou seja, é precisamente ao contrário. Só queria saber quais são as razões disto. O Governo vai reduzir as obras? É esta a questão que queria colocar.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Hoje, nesta apresentação do Orçamento, queria colocar duas questões:

A primeira é o imposto profissional. Vemos que aumenta vinte por cento, então, quantos serão os beneficiários, qual é o número de beneficiários deste imposto? E a segunda é que o Chefe do Executivo refere, no seu relatório, que há uma redução da contribuição predial. Será que esta redução vai acontecer através de uma lei específica? É que a actual taxa de contribuição predial (para as habitações arrendadas) é de 16% e passou para 10%, e de 10% para 6% (no caso das não arrendadas), se não estou em erro. Isto implica a redução da contribuição predial...para os dois casos! O Sr. Secretário referiu que a receita fiscal ascende a três mil milhões, e que inclui o imposto profissional, a contribuição predial, o imposto complementar, etc.; sem qualquer margem para dúvidas, o imposto complementar depende da situação económica, quando a economia se desenvolve bem, maiores as receitas provenientes deste imposto. Contudo, gostaria de saber qual é a percentagem do imposto da contribuição predial e do imposto profissional. Claro que isto tem a ver com dados e informações mais detalhados. São estas as minhas questões. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário.

Dois Deputados colocaram questões sobre o plano de comparticipação pecuniária, portanto, na minha perspectiva, as questões, as perguntas colocadas parecem contraditórias, porque um disse que "este ano o plano de comparticipação aumentou" e o outro disse que "o plano de comparticipação tinha, portanto, registado, uma redução".

Sr. Secretário, nós não somos bons em matemática, então, pode explicar-nos qual é a solução do Governo? Afinal de contas, houve aumento ou redução do montante do Plano de Comparticipação Pecuniária? É só para ficarmos com uma ideia!

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário e seus colaboradores,

Caros colegas.

Esta questão que quero colocar é já uma velha questão. Quanto ao PIDDA, independentemente dos números, ou seja, da previsão, o que mais me preocupa é a taxa de execução. Vai continuar a ser baixa, vai ficar abaixo dos cinquenta por cento? Porque, de acordo com o relatório mais recente, entre 2007 e 2009 a execução foi inferior a cinquenta por cento em todas as áreas, se não estou em erro, e o Sr. Secretário tinha prometido que a taxa ia ser melhor este ano. No entanto, continua a ser baixa! Então, para o próximo ano, será que vai conseguir, Sr. Secretário, segurar a taxa de execução, ou seja, vai aproximar-se do orçamento?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário, para responder às questões colocadas.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Un: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Deputados, pelas questões colocadas.

Penso que tenho de responder a cada uma das questões colocadas pelos Srs. Deputados, e por ordem. O Deputado Ng Kuok Cheong referiu a taxa de aumento do imposto sobre o jogo. Eu penso que tenho uns dados aqui comigo, simples, que vou facultar para referência dos Srs. Deputados, ou seja, estimámos que a receita bruta mensal ascenderia a 15 mil milhões de patacas até Outubro de 2010, e até 180 milhões para o ano todo, ou seja, a receita anual proveniente do imposto de selo vai atingir cerca de sessenta e dois mil milhões. De acordo com a taxa anual do imposto sobre o jogo, que é de 35%. A estimativa para 2011 vai ser muito conservadora, considerando o aumento da receita bruta registada em 2010 e devido ao resultado dos diversos factores, um dos quais talvez seja o aumento do fluxo de capital dos mercados, prevê-se para 2011 o aumento das receitas deste sector, mas será impossível que ultrapasse os valores do ano de 2010. Prevemos que atinja os treze mil milhões de patacas por mês e que para o ano completo de 2011 atinja os 164 mil milhões de patacas... e quanto ao imposto, que atinja os 57,4 mil milhões de patacas. Por isso é que se chegou a esse número, ao número previsto no orçamento. Esta fórmula tem uma

base... tudo é feito segundo uma fórmula de cálculo, de acordo com os dados registados. Por exemplo, entre Janeiro e Setembro deste ano, a média da receita bruta do jogo atingiu apenas 14 mil milhões de patacas, mas em Outubro regista um aumento espantoso, aproximando-se das nossas estimativas.

Quanto às despesas, podemos ver que, no que concerne às despesas do Governo, são muitos os sectores que têm a ver com a vida da população, por exemplo, a Segurança Social, Saúde, Educação. Não vou voltar a repetir, a ler todos os dados, mas os Srs. Deputados podem ver que se trata de muitos Serviços Públicos responsáveis por assuntos directamente relacionados com a vida da população, tais como o Fundo de Segurança Social, a SSM, a DSEJ, o IACM, o IASM, etc., quer dizer, as suas despesas conheceram, aliás, vão conhecer, um aumento bastante significativo, e de acordo com as LAG, vamos reforçar as medidas de apoio ao bem-estar dos residentes. Esta é uma das razões para as despesas dos serviços públicos que trabalham directamente em áreas ligadas à vida dos residentes irem conhecer um aumento significativo.

Quanto à comparticipação pecuniária e à poupança central... ou seja, o regime de poupança central e a comparticipação pecuniária, no orçamento estão já inscritos, respectivamente, os montantes de 2,34 mil milhões de patacas e 1,768 mil milhões de patacas.

Quanto à actualização dos vencimentos dos funcionários públicos, não está ainda calculada nem foi integrada no orçamento. Se a Assembleia Legislativa aprovar a proposta de lei de actualização dos vencimentos dos funcionários públicos, então, teremos de apresentar uma proposta de lei de revisão orçamental, para poder depois integrar as despesas daí decorrentes.

Estamos de acordo com a proposta de, em 2011, todas as obras que envolvam custos superiores a dez milhões serem apresentadas para apreciação dos Srs. Deputados.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Chan Wai Chi e levantadas pelo Deputado Ng Kuok Cheong, sobre a comparticipação pecuniária, creio que na apresentação do relatório das LAG, o Chefe do Executivo referiu que, no início do próximo ano, ia antecipar a atribuição da comparticipação pecuniária, e que esse trabalho ia ser feito no início de Fevereiro, e estava a referir-se às quatro mil patacas que os cidadãos poderão receber em Fevereiro, tendo em conta a inflação. Isto porque a inflação vai afectar, com certeza, a vida da população no próximo ano. Se bem me lembro, vai ser feita uma revisão no primeiro semestre. Nesta fase não estamos a contar com mais outras despesas, que não se incluem nos 2,3 mil milhões de patacas injectadas no regime de comparticipação pecuniária e os 1,7 mil milhões de patacas de que falei há pouco, injectados no regime de poupança central. Ou seja, não há mais dotações, e quanto à comparticipação e à poupança central, nada mais, nenhuma outra verba está inscrita, e estão já integradas no orçamento para o próximo ano. Se houver qualquer revisão do orçamento, vamos apresentá-la à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação.

A ideia do Deputado Au Kam San, de que vão ser reduzidos os montantes a aplicar na habitação pública, por exemplo, aumentaram-se os custos operacionais, mas como é que se chegou a esse número? Quanto aos custos operacionais do corrente ano, comparativamente ao ano de 2010, prevê-se um aumento, ou seja, um aumento de 8,4%. Isto é um aumento que tem a ver com o funcionamento dos Serviços. De acordo com o orçamento para o corrente ano, as despesas de

funcionamento dos serviços e dos organismos públicos registam um aumento de 5,6%. Quanto ao PIDDA, é orçamento contra orçamento, um aumento de 15,2%, ou seja, quer dizer um aumento do Orçamento para os anos de 2010 e de 2011, trata-se de um aumento para estes dois anos, mas que não envolve as despesas correntes de funcionamento, uma vez que não se trata de despesas correntes de funcionamento. Provavelmente, dizem respeito a alguns projectos e acções a serem desenvolvidos no próximo ano, em relação aos quais vamos facultar informações mais pormenorizadas para apreciação dos Srs. Deputados, aquando da apreciação na especialidade em sede de Comissão.

Estamos a falar do orçamento para 2011, que regista um ligeiro aumento relativamente ao orçamento de 2010, mas isto não significa que as despesas efectivas são menores do que as despesas efectivas de 2010, ou por outras palavras, prevíamos que em 2011, a taxa de execução do PIDDA, como referido pelo Deputado Mak Soi Kun, não ia registar os resultados ideais, devido aos mais diversos factores, daí que, se for possível aumentar a taxa de execução em 2011, as despesas efectivas a realizar em 2011 vão ser superiores ao verificado em 2010.

Quanto à questão do Deputado Lam Heong Sang, depois do aumento do imposto profissional, segundo as nossas estimativas, cerca de vinte e três mil pessoas vão ser afastadas da rede fiscal, ou seja, não vão pagar imposto, e quanto à contribuição predial, a proposta de lei já foi apreciada pelo Conselho Executivo e pensamos apresentá-la muito em breve à Assembleia Legislativa. E em relação a estes impostos, à contribuição predial e ao imposto profissional, posso facultar os respectivos dados à Comissão, porque há pormenores que podem ser disponibilizados aos Srs. Deputados para apreciação.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun perguntou, ou seja, a pergunta do Sr. Deputado Mak Soi Kun tem a ver com algo a que muitos Deputados têm vindo a prestar elevada atenção, ou seja, à taxa de execução orçamental, sobretudo no que respeita ao PIDDA. E os colegas dos serviços competentes, das Obras Públicas e de outros serviços das diferentes áreas, responsáveis pelos assuntos do Orçamento, estão também a reforçar a sua atenção em relação a esta vertente, ou seja, ao orçamento do PIDDA. Esperamos que em 2011 a taxa de execução do PIDDA melhore, portanto, já entrámos em contacto com os colegas dos diferentes serviços para que, aquando da elaboração do orçamento, possam ponderar melhor sobre a respectiva execução. Esperamos que o orçamento possa reflectir, efectivamente, a situação real de aplicação dos recursos.

Quanto à questão do Deputado Tong Io Cheng, já analisámos todos os dados, por isso, creio que já não tenho que me explicar sobre esta matéria. Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Membros do Governo,

Caros colegas.

Não sei se já estou esclarecido sobre esta matéria, mas queria saber mais sobre a relação entre a comparticipação pecuniária e a segurança social, uma vez que o Governo disse que a comparticipação pecuniária será gradualmente convertida no regime

de segurança social do regime de previdência. Tenho na mão alguns dados que não percebo muito bem, parece que o montante da comparticipação pecuniária foi reduzido de seis mil para quatro mil patacas. Sabemos que os residentes com mais de 22 anos vão receber um montante de seis mil patacas para o ano, ao abrigo do regime de previdência social. Então os indivíduos com 22 anos vão receber mais? Será que estou a perceber bem? É que neste momento o Governo vai injectar seis mil para o Fundo, mas como não é em dinheiro, em numerário, é antes uma verba para o futuro... por isso é que, feitas as contas, houve aumento do valor, do dinheiro que é atribuído às pessoas para utilizarem na aposentação. Será que estou certo?

Ademais, os cidadãos com menos de 22 anos, na sua maioria são estudantes, aos quais vão ser atribuídos outros benefícios, como a redução das tarifas dos transportes públicos de 1 pataca e 50 avos para 1 pataca, e ainda a atribuição de subsídio para aquisição de material escolar. Para além disso, há uma redução dos abonos para as tarifas da água e outras... transferências. Na minha opinião, o Governo não pode gastar dinheiro à toa, pois caso aconteça algo imprevisto, um caso como a SARS, o é que é pode acontecer? É por isso que o Governo tem de ter alguma contenção. Esta é também a minha perspectiva. Será que neste momento... queria só saber se os residentes vão receber mais quatro mil e não menos!

Obrigado.

Presidente: Sr.a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Sr. Secretário, gostaria de colocar apenas duas questões.

A primeira tem a ver com o seguinte: na sua apresentação em relação à receita... portanto, estou a ver que há aqui aumentos em muitas rubricas, mas em relação a uma regista-se uma redução significativa, se não estou errada! Prémios de concessão de terrenos - só cerca de um vírgula um mil milhões, menos do que os prémios registados inicialmente, que atingiram um vírgula três mil milhões. Não sei qual é a razão disto. Não sei se estou errada, mas qual é a razão para esta redução dos prémios de concessão de terrenos? Ainda me lembro de que o Governo esta a preparar-se para, no futuro, recorrer à hasta pública para a venda de terrenos, ou seja, alguns terrenos vão ser vendidos em hasta pública. Então, porque é que os prémios vão baixar? Como é que foi feita esta estimativa orçamental? Também consta para aí que, mesmo no COTAI, existem alguns terrenos que não foram ainda concedidos. Portanto, porque é que houve uma redução da estimativa dos prémios de concessão de terrenos?

A segunda questão tem a ver com o Fundo de Segurança Social, portanto, um orçamento de quatro vírgula cinco mil milhões, ou seja, um aumento de dois vírgula oito mil milhões. Portanto, este aumento tem a ver com a liberalização do Regime de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. Será que tem a ver com isto? Este aumento de dois vírgula oito mil milhões tem a ver com isto? Qual é a razão para este aumento? Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Bem, o Sr. Secretário disse que o Chefe do Executivo referiu que a inflação, questão que muito preocupa os cidadãos, está cada vez

mais grave, e que vai ser revista a atribuição da comparticipação pecuniária. Contudo, devemos estar bem preparados para resolver o problema, que pode, eventualmente, vir a verificar-se no futuro. Digo, com franqueza, que já é muito tarde para efectuar a revisão... se for só daqui a meio ano. Há um ditado que diz que uma má política é mais cruel do que um tigre, mas neste momento, a inflação é que é mais cruel do que o tigre. Ouvi hoje uma notícia na rádio sobre a protecção aos tigres, se não começarmos já a protegê-los, daqui a 12 anos não existirão mais tigres. Este exemplo ilustra bem que não podemos efectuar uma revisão sobre a protecção destes animais. Com a política monetária expansionista, a valorização do RMB e a subida dos preços dos produtos alimentares, entre outros factores, a inflação vai-se agravando, gradualmente, e a vida dos cidadãos, nomeadamente dos das camadas sociais mais desfavorecidas, é cada vez mais difícil. Então, como é que se resolve este problema? Sr. Secretário Tam, a revisão só vai mesmo acontecer daqui a meio ano? Então, Sr. Secretário: 1. qual é a entidade responsável por essa revisão? A respectiva entidade não deverá ver com o Chefe do Executivo as previsões sobre a situação da inflação daqui a meio ano? O Sr. Chefe do Executivo não vai saber como vai resolver de imediato o problema. 2. Quais são os critérios que os serviços competentes vão adoptar para essa revisão? Que percentagem é que se considera... inflação? 3. Será que cada serviço tem já as suas próprias medidas para enfrentar a inflação? Não é só quando a inflação está grave que tem de se encontrar uma solução provisória através da recolha de opiniões das mentes iluminadas dos vários sectores sociais. Creio que não podemos resolver os problemas à última hora!

Espero que o Sr. Secretário nos dê mais alguma confiança, nomeadamente neste momento em que a situação financeira é satisfatória; a receita aumentou bastante, mas os rendimentos dos cidadãos, designadamente dos das camadas sociais mais desfavorecidas, mantêm-se num nível baixo. Como é que o Governo vai conseguir ajudar estes cidadãos?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário.

Quanto à resposta que me foi dada há pouco... uma das questões que coloquei não foi respondida, e para mim, trata-se de uma questão muito importante. No orçamento da despesa, se compararmos a despesa estimada para o próximo ano com a do corrente ano, verificamos uma expansão grande, ou seja, um excesso de 20 mil milhões de patacas. E eu queria saber porquê. Se se trata de um alargamento da despesa. Isto porque as despesas têm que ser contidas ou realizadas com razoabilidade, mas também têm a ver com o regime financeiro do Governo e com as linhas de acção delineadas. Gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse, uma vez que não me respondeu.

A segunda questão tem a ver com a comparticipação pecuniária e com a poupança central, assunto que despertou o interesse dos colegas. Penso que vale a pena dizer que sou professor, e que quando se dá uma aula de matemática aos alunos do ensino primário, sobre como fazer contas, a primeira coisa que se ensina é que se somam géneros e categorias idênticos, porque somar pessoas com cães é difícil, é uma conta impossível de fazer. Mas neste caso trata-se de

dinheiro, é a mesma natureza, e o objectivo é aliviar a pressão da inflação, ou seja, a finalidade é a mesma mas os efeitos são completamente diferentes. Por exemplo, a poupança central tem como objectivo assegurar uma velhice condigna, após a aposentação, certo? Queria saber qual é a percentagem que a inflação tem de atingir para podermos utilizar o dinheiro depositado na conta de poupança central. Tenho já 52 anos, ainda me faltam 13 anos até à aposentação, e como se sabe, a inflação durante estes 13 anos vai ser muito grave, posso até morrer de fome. Por isso é que queria ser esclarecido sobre a questão que coloquei.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Só queria colocar uma questão. É que o Sr. Deputado Lam Heong Sang perguntou quantos é que vão ser beneficiados com a referida isenção, com a redução fiscal, e a resposta dada pelo Sr. Secretário foi vinte e três mil. Então, quantos contribuintes existem em Macau? Ademais, de acordo com a actual situação das receitas do Governo, que estratégias a longo prazo é que o Governo vai adoptar para minimização da dependência do jogo? É que todos os anos os resultados deste sector são bastante notórios, a percentagem das receitas do Governo provenientes deste sector é cada vez maior, e é graças a esta receita que o Governo consegue reduzir vários impostos... conceder mesmo isenções. Isto é, a importância deste sector é cada vez maior, mas afinal, de que estratégias dispõe o Governo para reduzir essa dependência? O que é que precisamos de fazer? Não sou economista, mas ouço muitas vezes as opiniões dos economistas, segundo os quais quanto mais rapidamente o sector do jogo se desenvolve, maior é o estímulo para a economia. Então, o que é que podemos fazer para atingir o equilíbrio? E que políticas vai o Governo adoptar para o efeito? Como é que podemos conter a inflação? Será atribuir directamente dinheiro ou encontrar outras soluções para acabar com a inflação? É a isto que os cidadãos prestam atenção. Gostaria que o Sr. Secretário me desse algumas indicações.

Presidente: Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros colegas.

Também tenho duas questões a colocar, relativas às políticas ou medidas de benefício para a população, portanto, sobre as melhores soluções para atenuar a pressão da inflação. O Sr. Primeiro Ministro Wen Jiaobao também se referiu à atenção que deve ser dada ao problema do fosso entre ricos e pobres, assim como à origem da inflação. Compreendemos que, em Macau, face ao rápido desenvolvimento económico, de facto, algumas pessoas não conseguem acompanhar o ritmo desse desenvolvimento, e o Governo tem a responsabilidade de apoiar essas pessoas, mas como não consegue fazê-lo, ou seja, não consegue apoiar as pessoas carenciadas, então, adopta medidas de benefício. E este ano temos mais uma nova ideia, que tem a ver com o Regime de Poupança Central. E a população desconhece o porquê da ligação ao Regime

de Poupança Central, uma vez que se trata de duas soluções diferentes e que também têm a ver com duas instituições diferentes - uma tem a ver com a Poupança Central, portanto, um horizonte de longo prazo, e a outra é para fazer face à inflação. Como disse o Governo, prevê-se que no segundo semestre a pressão da inflação seja ainda maior, mas a população não compreende. Aumenta a pressão devido à valorização do Renmimbi e à desvalorização da nossa moeda, mas o Governo não tem medidas para fazer face a isto.

Para além de estarmos ainda a enfrentar o problema das rendas. E como o Governo não consegue resolver a questão da especulação imobiliária, a única solução é adoptar medidas de benefício para a população. Mas agora as seis mil patacas passam a quatro mil patacas! A população sabe que vai ver o dinheiro reduzido, mas não sabe porque é que houve lugar a essa redução. O Sr. Secretário disse que “com isto se resolvem muitos problemas”. De facto, consegue atenuar a pressão, mas não se esqueça que é porque há monopólio em relação à carne, em relação à hortaliça, aos legumes... porque os preços estão a subir constantemente. Então, porque é que não se liberaliza o nosso mercado abastecedor? Por isso é que o cidadão comum está a sofrer muito! Agora passar de seis mil para quatro mil patacas... o que as pessoas vêem, de facto, é que, na realidade, vão receber menos. Então, gostaria de perguntar, qual é o porquê desta solução? Esta é a minha primeira questão.

E a segunda questão é sobre as habitações públicas. De facto, este ano só temos habitação pública no Lote TN 27, portanto, tem a ver com a área do Secretário Lao. Em relação a este lote TN 27, com milhares de fracções, vai ser previsto um orçamento para as despesas de construção, mas até 2012 vão ser construídas dezanove mil fracções. Será que as despesas orçamentadas para 2011 já são suficientes para todo esse plano? Não estou a ver, porque aqui só vejo o Lote TN 27 a ser pago, entre aspas. Então, as restantes dezanove mil fracções já foram consideradas anteriormente? Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário e seus colaboradores,

Caros colegas.

Queria também falar um pouco sobre o orçamento para o próximo ano, porque, de facto, vejo aqui uma previsão de um saldo positivo de mais de vinte mil milhões. Creio que, tal como referiu o Sr. Secretário, algumas despesas não estão ainda incluídas neste orçamento, como por exemplo, a actualização de vencimentos dos funcionários públicos. E quanto à questão da inflação, entendo que, tratando-se de um Governo responsável, só lhe resta adoptar as devidas medidas preventivas, ainda por cima com este orçamento para o próximo ano, onde se contempla, onde se prevê um saldo positivo bastante satisfatório. Creio que as medidas para combater a inflação devem ser desde já tomadas, em vez de se aguardar mais meio ano. Na minha opinião, o Governo deve avançar, quanto antes, com essas medidas.

Por outro lado, queria também perguntar ao Sr. Secretário sobre o próximo ano de 2011, sobre as despesas efectivas. Afinal, qual é o valor total previsto? Talvez neste momento ainda não se saibam as quantias... líquidas, mas acredito que o Governo deve ter uma estimativa, vejo aqui nas LAG, quanto às despesas para o próximo

ano, uma previsão de cerca de 57,4 mil milhões de patacas. Qual é a diferença entre os dois anos? Creio que houve aumento! O Sr. Secretário também há pouco referiu que os aumentos vão ser distribuídos, com vista ao bem-estar da população, por exemplo, para a habitação, segurança social, educação, saúde, etc.. Eu não sei se é possível, Sr. Secretário, adiantar-nos alguma coisa quanto às respectivas proporções e percentagens, sobretudo no tocante à habitação pública, porque olhando para estes números, parece ter havido uma redução. Mas creio que, em comparação com o PIDDA de 2010, a execução deste ano não foi muito boa, bem, tal como referiu o Sr. Secretário, espera-se que a taxa de execução melhore no próximo ano, não é assim? Queria então saber mais sobre a situação em concreto, sobretudo sobre a vida da população.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Estas questões afligem todos os nossos colegas e não vamos conseguir obter hoje uma resposta, porque são problemas que não dependem apenas de uma única tutela, ou seja, não são da tutela do mesmo Secretário. Apesar disso, tenho de colocar ainda duas questões relativas ao imposto sobre o jogo, parece que foi feita uma avaliação relativamente a este imposto, e prevê-se que a receita bruta do sector do jogo atinja mil cento e oitenta mil milhões. E se já se prevê um aumento do fluxo de circulação de capitais no nosso mercado, porque é que se reduz para cento e sessenta e quatro mil milhões? Ou seja, uma previsão mais negativa? Não sei quais foram os critérios. Ou será que foi feita uma avaliação conservadora?

A segunda questão tem a ver com a inflação. Na minha opinião, trata-se de uma matéria que deve ser incluída nas LAG, no entanto, entendo que se trata de um problema que tem a ver com a Lei do Orçamento. E quanto aos preços dos suínos, há que ter em consideração que aumentaram ao longo dos últimos dez anos. Não sei ao certo, mas deve ter a ver com a situação de monopólio. Não sei se é ou não possível encetar negociações com as autoridades competentes para ver como é que a carne exportada para Macau pode ser controlada, como é que os preços podem ser mais estáveis e também como se podem aumentar os canais de fornecimento, resolvendo-se, assim, de vez, os problemas que afectam Macau. Para além disso, coloca-se ainda a questão do controlo dos preços da habitação que, na minha opinião, talvez tenha a ver com os impostos e com os regimes que se aplicam ao sector imobiliário. Entendo que o Governo tem de se preocupar e de dispensar mais atenção a estes dois aspectos se, de facto, pretende aliviar os encargos dos residentes. Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, tem a palavra.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Deputados, pelas questões colocadas. Muitos Deputados referiram o problema da inflação. Quanto a esta questão, já o Chefe do Executivo e os colegas dos diferentes serviços, já por diversas vezes e em diversas ocasiões, manifestaram e prestaram elevada atenção ao impacto para Macau deste fenómeno que é a inflação, e estão a tentar utilizar diferentes formas para aliviar a pressão gerada pela inflação, inclusivamente, a abertura de mais canais para fornecimento de produtos, assim como outras vias. E

hoje, estamos a ver o orçamento, a proposta de orçamento para o próximo ano, e creio que não será a via mais adequada para discutir o problema da inflação. Portanto, só podemos referir que, para o ano, o Chefe do Executivo, e também todo o Governo, incluindo os diferentes serviços, vão prestar a mais elevada atenção ao impacto decorrente da inflação, e também vão continuar a ser empregados todos os esforços e utilizadas todas as formas possíveis com vista a minimizar os impactos da inflação, vamos, inclusivamente, recorrer a meios administrativos e também a soluções para atenuar a pressão da inflação. Portanto, trata-se de uma matéria que sempre mereceu e continua a merecer a nossa atenção, e hoje, nesta fase de apresentação do orçamento, só podemos dizer que, nesta nossa proposta de orçamento, inscrevemos as verbas para o plano de comparticipação pecuniária, 2,34 mil milhões, e para a poupança central, 1,76 mil milhões. Portanto, se houver necessidade de revisão orçamental, apresentaremos, quanto antes, a respectiva proposta para apreciação da Assembleia. Portanto, vamos colaborar, a qualquer momento com o Governo no seu todo, nomeadamente no âmbito das políticas adoptadas, vamos, sobretudo, continuar a dar atenção ao fenómeno da inflação, e vamos actuar, quanto antes, e adoptar soluções políticas.

Quanto ao que referiu a Deputada Kwan Tsui Hang, ou seja, quanto ao montante dos prémios provenientes da concessão de terrenos para o próximo ano, trata-se de dados que foram já publicados no Boletim Oficial... e os serviços competentes também fizeram uma estimativa. Durante a apreciação em sede de Comissão podem os colegas dos serviços competentes estar presentes para procederem a uma apresentação mais detalhada sobre tudo isto, inclusivamente, sobre o investimento que vai ser feito, para o ano, ao nível da habitação pública. Portanto, podemos nessa altura recorrer aos colegas dos serviços competentes para uma apresentação mais detalhada de toda esta situação.

Sr. Presidente, algumas questões de pormenor, assim como elementos mais detalhados, terão de ser apresentados em sede de comissão. Creio que já respondi às questões, ao nível político. Obrigado.

Presidente: Alguns números podem então ser avançados em sede de comissão. A Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang também referiu o aumento da contribuição para o Fundo de Segurança Social, a ter início no dia 1 de Janeiro, ou seja, as contribuições efectuadas pela população de Macau. Também foi uma das perguntas.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Sr. Presidente.

Quanto a este pequeno montante, consigo dar uma explicação mais detalhada, são dados simples, que têm a ver com a atribuição da pensão de velhice. Na rubrica que tem a ver com a antecipação da atribuição desta pensão, foram já injectados mais de 800 milhões de patacas. Posso explicar esta despesa, se os Srs. Deputados quiserem.

Presidente: As questões que alguns deputados colocaram, de facto, são apenas opiniões, e as questões levantadas foram respondidas. Mas, com é evidente, os Srs. Deputados podem pronunciar-se e continuar com a discussão, se bem entenderem. Mais alguém quer intervir? Se ninguém quer, vamos passar à votação na generalidade.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Favor carregar no botão... já chega. Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Queria fazer uma declaração de voto, em meu nome e em nome dos meus colegas Ng Kuok Cheong e Au Kam San.

Votámos contra este orçamento para o próximo ano precisamente para alertar o Governo, e também devido à subida constante do Renmimbi e à não liberalização completa do nosso mercado dos produtos alimentares. A população, a capacidade aquisitiva da população tem vindo a diminuir, e a construção das dezanove mil fracções públicas ainda não está concluída, e de acordo com o ritmo de construção, prevê-se que, no próximo ano, a população continue a sofrer com as dificuldades de acesso a uma habitação. Uma vez que faltam habitações no mercado, os cidadãos, nomeadamente os jovens, deparam-se com grandes dificuldades económicas, tanto na aquisição de casa própria como no arrendamento. As dez medidas do Sr. Secretário Lao, para acabar com a especulação imobiliária e para controlo das rendas, não produzem efeito nenhum.

Com a entrada de dinheiro quente e com o agravamento da inflação, os encargos da população são cada vez maiores. E não se vê nenhuma medida nas LAG que possa atenuar as dificuldades da população e evitar que o seu nível de vida seja afectado pela subida da inflação. Antes pelo contrário, mesmo com a situação tão folgada em que se encontra o nosso cofre público, o Governo veio adoptar medidas contrárias, reduzindo os benefícios sociais, portanto, uma actuação do Governo que é, de todo, inaceitável.

Na discussão do Orçamento para o ano 2011, alertámos o Governo para o seu dever de servir melhor a população, e ainda para actualizar os montantes do plano de comparticipação pecuniária, ou seja, para atribuir um montante semelhante ao do ano passado, no sentido de atenuar as dificuldades e acalmar a indignação dos cidadãos. Contudo, o Governo não ouve as opiniões da população, tem descurado a realidade social, e continua a agir contra a vontade da população. Por isso é que, sem prejuízo da aprovação do Orçamento para o próximo ano, votámos contra, precisamente para alertar o Governo e para o fazer reflectir sobre toda esta situação, para que actualize os montantes do plano de comparticipação pecuniária e para que concretize, cabalmente, o espírito de melhor servir a população, por forma a evitar prejuízos para a harmonia e estabilidade sociais da RAEM e satisfazer, de facto, os quatro desejos do nosso Primeiro-Ministro Wen Jiabao.

Presidente: Mais alguma declaração de voto? Se não, vamos fazer um intervalo de quinze minutos, ou antes, de dez minutos. E depois avançamos para o segundo ponto.

(Intervalo)

Presidente: Srs. Deputados. Vamos então continuar a nossa reunião. O segundo ponto da nossa Ordem do Dia é a apreciação e votação do parecer da 2.^a Comissão Permanente, relativo ao projecto de resolução sobre o relatório sobre a execução do orçamento 2009. Vou então dar a palavra ao Sr. Presidente da 2.^a Comissão, Deputado Chan Chak Mo, para fazer a sua apresentação. Faça o favor.

Presidente: Obrigado Sr. Presidente.

Chan Chak Mo: Ex.mo. Sr.s Deputados

No dia 18 de Outubro de 2010, o Governo apresentou, nos termos da alínea 2) do artigo 71.º da Lei Básica, o “Relatório Sobre a Execução do Orçamento de 2009”, o qual foi distribuído pelo presidente da Assembleia Legislativa à segunda Comissão Permanente para efeitos de apreciação, e elaboração do parecer e respectivo projecto de resolução.

Para os referidos efeitos, a Comissão reuniu nos dias 29 de Outubro e 8 e 17 de Novembro de 2010, tendo contado com a presença de representantes do Governo na reunião do dia 8 de Novembro, para esclarecimento de questões colocadas pelos membros da Comissão.

No decurso das referidas reuniões, os membros da Comissão analisaram, discutiram e pronunciaram-se sobre o “Relatório Sobre a Execução do Orçamento de 2009” e demais informação financeira prestada pelo Governo, tendo em consideração também o “Relatório de Auditoria à Conta Geral de 2009”, da responsabilidade do Comissariado de Auditoria, e ainda sobre um conjunto de quadros de análise financeira elaborados pela assessoria da Assembleia Legislativa.

Durante a referida apreciação, a Comissão constatou, à semelhança do ano anterior, subsistirem divergências, no que se reporta ao apuramento global das receitas e despesas integradas, entre os resultados da execução orçamental de 2009 apresentados pelo Governo e a conta geral, referente ao mesmo ano económico, auditada pelo Comissariado de Auditoria.

As origens dessas divergências, devidamente explicitadas na análise financeira do parecer, prendem-se no essencial com diferentes interpretações e critérios no registo de *operações financeiras específicas* da autoridade monetária de Macau e de outras entidades autónomas na fase de apuramento global das receitas e despesas integradas, após execução orçamental.

A Comissão tomou em consideração as explicações do Governo sobre esta matéria, particularmente quanto ao facto de aquelas divergências se apresentarem solucionadas no relatório de execução orçamental seguinte, por força das alterações ao Regulamento Administrativo n.º 6/2006, introduzidas pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009 e complementadas como o Despacho do Chefe do Executivo n.º 324/2009.

De acordo com as alterações introduzidas, as receitas e despesas integradas dos organismos especiais - organismos autónomos com contabilidade em regime de acréscimo - fazem parte de um grupo à parte no orçamento e na conta geral da RAEM, tendo para o efeito sido criado um conjunto de contas uniformizadas de rendimentos e gastos.

A Comissão formula votos de que, em eventuais e futuras revisões de enquadramento normativo da actividade financeira pública e respectiva prestação de contas públicas, possa haver um prévio e pleno consenso na interpretação de princípios e normas contabilísticas por parte dos principais órgãos ou entidades com responsabilidades de fiscalização política ou financeira da utilização de dinheiros públicos.

Neste exercício de apreciação do relatório sobre a execução do

orçamento de 2009, a Comissão conclui também que a situação das contas públicas da RAEM se mostra bastante favorável, nomeadamente reflectida no valor muito significativo das reservas financeiras - da ordem dos 111 mil milhões de patacas ou 65 por cento do PIB da região - e regista a recente aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Regime de Reserva Financeira”.

Contudo, a Comissão exorta o Governo a prosseguir esforços no sentido de assegurar uma melhor taxa de execução das despesas com o PIDDA, atenta nomeadamente à importância da realização das mesmas para a actividade das PME, para a criação de emprego e para a concretização de projectos de interesse público. A Comissão apreciou, em matéria de acompanhamento informativo da execução orçamental dos projectos de investimento de valor mais significativo, a disponibilidade do Governo para, de forma tempestiva, prestar mais informação à Assembleia Legislativa.

Srs. Deputados, em síntese, a Comissão conclui que o Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2009, instruído com o Relatório do Comissariado de Auditoria, demonstra que a execução orçamental se coaduna com os princípios decorrentes do disposto no artigo 105.º da Lei Básica, que presidiram à elaboração do orçamento, e que estão reunidas as condições legais e regimentais para o plenário da Assembleia Legislativa se pronunciar sobre o relatório em causa nos termos da alínea 2) do artigo 71.º da Lei Básica e para efeitos do artigo 154.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, quer fazer alguma achega?

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Não. Não tenho nenhuma achega a fazer, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, relativamente ao parecer da Comissão, alguém quer pronunciar-se?

Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Apesar de o relatório poder ser aprovado na nossa Assembleia Legislativa, temos mesmo de prestar atenção ao seu conteúdo, nomeadamente, ao constante da página 25. Podemos ver que se distinguem os serviços gerais e os autónomos, e que os cálculos são efectuados de acordo com o regime de contabilidade de acréscimo. E quanto ao Fundo de Pensões, no relatório refere-se que, em 2008, foram disponibilizados 1,4 mil milhões de patacas e que em 2009 se registou um lucro de 1,7 mil milhões de patacas; Quanto ao Fundo

de Segurança Social, o investimento inicial é de 2,5 mil milhões de patacas, que entretanto aumentou para 3,7 mil milhões de patacas. Esta alteração só foi apresentada na discussão em sede de Comissão. Estou a pensar sobre como é que conseguimos compreender melhor o relatório... e devemos retirar os devidos ensinamentos de tudo isto para evitar que se suscitem dúvidas! Não quero com isto dizer que existem problemas nos serviços públicos, só quero ver como é que podemos perceber melhor o investimento dos diversos serviços públicos. O caso do Fundo de Pensões é um caso especial, porque só registou prejuízos ao longo de todo o ano de 2008, o que é compreensível. E depois, em 2009, registaram-se, novamente, lucros. Será conveniente evitar estas situações, porque sabemos que o regime de acréscimo só começou a ser adoptado nestes últimos anos, daí que tenha dado origem a todas estas divergências. E estas divergências podem dar origem a dúvidas, por isso é que, com base no nosso parecer, seria conveniente que retirássemos alguns ensinamentos, para evitar que, no futuro, venham a surgir dúvidas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados.

Há mais alguma opinião? Se ninguém quer pronunciar-se, vamos passar à votação na generalidade, Sr. Deputado Chan Chak Mo, quer pronunciar-se? Não. Então, passamos à votação na generalidade. Como se trata de um projecto de resolução, temos de proceder à votação na generalidade e na especialidade, apesar de se tratar de um único artigo. Bem, vamos então votar na generalidade.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora à votação na especialidade do artigo, que é único.

(Votação)

Presidente: Só conto 27 votos. Quem não votou? Será um voto de abstenção?

Bom. Aprovado.

Alguma declaração de voto? Não? Então, encerramos por aqui os nossos trabalhos de hoje.

Muito obrigado, Sr. Secretário, pela sua presença.

Declaro encerrada a sessão.

Intérpretes-tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

